

# Blog Convergência: um Adeus com gosto de Até Breve

Conselho Editorial |

O Convergência surgiu na internet no dia 21 de setembro de 2012. Ao longo destes quatro anos publicamos 706 textos, redigidos por 159 diferentes autores. Fomos visitados, nos últimos 12 meses, por cerca de 200 mil usuários, que visualizaram perto de meio milhão de páginas. Agora, o Blog Convergência está saindo do ar.

Ele era uma iniciativa associada ao PSTU. Em função da ruptura com o PSTU dos militantes que constituímos o MAIS, chegou a hora de dizer adeus. Não estamos, porém, abandonando a tarefa que nos propusemos. Muito pelo contrario.

Estamos criando uma nova ferramenta, integrada ao **Esquerda Online**. Abraçamos o projeto de construir um portal diário da esquerda radical. Ele estará voltado a relatar, online, nossas lutas políticas e teóricas pela revolução brasileira.

Nosso adeus, portanto, é muito mais um convite que uma despedida, mais um avanço do que um recuo, mais um salto do que uma queda. Até mesmo porque o novo blog será, também, uma ferramenta ao serviço da reorganização da esquerda anticapitalista na conjuntura aberta pós-golpe parlamentar, em que as tarefas da luta teórico-programática serão, em função da crise do lulismo/petismo, mais desafiadoras.

Assim a equipe que era responsável pelo Blog Convergência estará vinculada, intimamente, ao surgimento de uma nova organização marxista revolucionaria que se coloca este propósito: o Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista, **Mais**.

**Dois momentos**

Ao olharmos para trás, podemos localizar na trajetória do Blog dois momentos distintos. Um primeiro, até abril de 2015, esteve voltado para a defesa do marxismo junto à intelectualidade universitária, e orientado para o desenvolvimento da reflexão crítica nas fileiras do PSTU. No segundo, o Blog Convergência serviu, também, através da divulgação e polêmica marxista, como uma referência educativa na luta de ideias dentro do partido. Este debate encontrou limites intransponíveis e resultou, em julho deste ano, na ruptura de quase metade da militância da antiga organização, e na formação do Mais.

A gênese do Blog, portanto, se deu dentro das fileiras universitárias. Mais especificamente, sua origem vem do **VII Colóquio Internacional Marx & Engels**, realizado entre os dias 24 e 27 de junho de 2012 na Unicamp. A importante presença do PSTU no espaço levou seus ativistas acadêmicos, em iniciativa articulada com a direção do PSTU, a optarem pela formação de um blog dedicado à divulgação e luta teórico-programática.

A ideia inicial, em que Daniela Mussi, Alvaro Bianchi, Ruy Braga, Henrique Carneiro, Felipe Demier, Waldo Mermelstein, Valério Arcary e Carlos Zacarias, entre outros militantes da **Revista Outubro**, tiveram papel de destaque, era organizar a circulação de textos, entrevistas e a divulgação de atividades acadêmicas marxistas. O acirramento da luta de classes, menos de três anos depois, ampliou esses objetivos.\*

Um dos detonadores de um novo momento na luta interna foi a irrupção de massivas e reacionárias mobilizações das camadas médias a partir do **dia 15 de março de 2015**. Com elas, pela primeira vez depois do fim da ditadura militar, a oposição de direita conseguiu audiência de massas para disputar nas ruas o destino do governo de conciliação de classes encabeçado pelo PT.

Naquele momento, duas distintas visões de mundo, que já se gestavam no PSTU desde Junho de 2013, vieram à tona. De um

lado, uma maioria dos dirigentes veteranos do partido defendia que a palavra de ordem Fora Todos, portanto, também, Fora Dilma, deveria ordenar o programa. Segundo tal visão, a gravidade da crise econômica e política que atingia o país, associadas à operação LavaJato empurravam a classe média, potencialmente, à oposição ao governo. Esta interpretação tornava o debate em torno da adesão ou não ao movimento das camadas médias vestidas de “verde-amarelo” uma questão, meramente, tática. Caso os trabalhadores aderissem em massa às mobilizações, foi até considerado como hipótese que seria papel dos socialistas revolucionários juntar-se a eles em uma grande mobilização contrária ao governo Dilma.

Em oposição, uma minoria dos quadros veteranos, e a maioria da geração mais jovem, aqueles que se uniram à luta nos últimos quinze anos, argumentavam outra interpretação e outra política. As camadas médias abastadas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba, que tomavam as ruas nos atos de domingo, o faziam por enxergarem uma brecha política frente ao desastroso governo do PT. A ida da classe média as ruas com uniforme da CBF era algo a ser combatido, e não aplaudido.

A síntese destas duas posições polarizou os dois principais órgãos públicos do PSTU. Enquanto o jornal Opinião Socialista se recusou a tachar a mobilização de reacionária, o comitê editorial Blog Convergência adotou linha oposta. Valerio Arcary, em seu primeiro de muitos textos de diferenciação pública com a direção majoritária do PSTU, afirmava a época:

*Um projeto de golpe “a la paraguaia”, como foi a destituição de Fernando Lugo em 2012, seria uma saída reacionária para a crise política. Um impeachment de Dilma Roussef realizado pelo Congresso Nacional recém-eleito, no contexto de uma campanha de ruas apoiada na mobilização do ressentimento da classe média, resultaria na posse de Michel Temer, e a formação de um governo de coalizão do PMDB, provavelmente, com o PSDB e DEM, que aproveitaria o mandato para iniciar uma onda de ataques antissociais brutais, um ajuste fiscal*

*impiedoso, com sequelas recessivas imprevisíveis.*

*O conteúdo social e político das manifestações foi antidemocrático, antipopular e, em algumas parcelas, diretamente, anticomunista, e expressavam um ódio exacerbado contra o PT e, também, contra toda a esquerda. As faixas pedindo “intervenção militar”, os bonecos de Lula e Dilma enforcados, cartazes que se vangloriavam de que “comunista bom é comunista morto”, “queremos só Ministério Público e Polícia Federal”, a ameaça contra a vida de João Pedro Stédile, foram incontáveis os episódios lamentáveis.*

## **Arma digital**

A análise e a política formuladas pela maioria da direção do PSTU colocaram o blog em crise. **Problemas historicamente acumulados** em torno do regime partidário, **longe de uma exclusividade do PSTU na esquerda anti-capitalista** e que melhor se explicam como produto da marginalidade dos marxistas revolucionários nos dias de hoje, aprofundavam as diferenças.

Frente a esta situação, alguns dos integrantes mais ativos da secretaria do Convergência – Alvaro Bianchi, Ruy Braga, Daniela Mussi e Felipe Demier – optaram por sair do partido. Em consequência, desligar-se do Blog, dedicando-se, desde então, a construir uma nova ferramenta, o **Blog Junho**. Valorizamos a lealdade de conduta na ruptura e reconhecemos que, enquanto espaço construído do lado de fora das tensões internas do PSTU, o Blog Junho desempenhou importante papel na divulgação das ideias marxistas na rede, expressando muito do projeto original do Blog Convergência.

Ao mesmo tempo, o espaço do Blog Convergência mudava, politicamente, sua natureza. A partir do VIII Colóquio Marx/Engels, organizado pelo Cemarx da Unicamp em julho de 2015, incorporaram-se ao Conselho Editorial Aldo Suda, Patrick Galba, e Henrique Canary. Ampliou-se, também, a equipe de colunistas, com a integração de Enio Bucchioni, Natalia

Conti, Jessica Millaré, Beto Della Santa, e Fábio José de Queiroz, entre outros.

Não por opção premeditada, mais pela dinâmica da luta interna, o blog acabou por dinamizar, publicamente, debates que extrapolavam os corredores partidários. O fez reivindicando o melhor da tradição do leninismo, que sustenta que não deve existir centralismo teórico ou analítico na imprensa partidária. Neste sentido, prevaleceu na política do conselho do Convergência o princípio da democracia socialista; apesar do alinhamento pleno dos membros do conselho às posições minoritárias na direção, o blog manteve-se, ao longo de todos os debates internos, aberto para ambas as alas partidárias. Neste sentido, o blog organizou diversos debates teóricos públicos, divulgando textos da maioria e da minoria que extrapolavam os Boletins de Discussão Internos.

Porém, ao contrário do que eram as melhores expectativas do conselho, a esperança de que a evolução da luta de classes – que culminou no golpe parlamentar que derrubou Dilma Rousseff – serviria para aproximar as distintas posições do interior do PSTU, a distância aprofundou-se.

Enquanto um lado defendia combater o impeachment, interpretando-o como manobra reacionária antidemocrática e antipopular, o outro via na votação parlamentar dirigida por Eduardo Cunha um desfecho que não significava uma mudança desfavorável da conjuntura, denunciava que não teria ocorrido golpe algum, e concluía que a queda de Dilma, ainda que “insuficiente”, correspondia à vontade da maioria dos trabalhadores.

Estas diferenças sobre a situação brasileira, associadas a visões muito distintas da situação internacional e, sobretudo, à ruptura das relações de confiança entre os militantes, conduziram a luta interna a um impasse destrutivo. Insistir na continuidade das polémicas abria a possibilidade de uma explosão, antessala da desmoralização. Nada é mais valioso em

uma organização anticapitalista do que a força moral e o ânimo militante dos seus membros. A pactuação de uma ruptura negociada, portanto, principista, seria um mal menor.

Das mobilizações de rua da direita ao lançamento, dia 10 de junho, do manifesto "[Arrancar alegria ao Futuro](#)" – que marcou a separação com o PSTU – o Blog serviu de acúmulo não só para diversos debates sobre a [natureza das classes sociais](#) no capitalismo contemporâneo, como também para uma série de reflexões que se encontravam travados há décadas.

Intensamente, a força do debate via internet serviu de contraponto aos problemas de regime partidário. Ao longo deste processo, o Blog acumulou, aglutinou e organizou muitas das reflexões sobre temas como a [restauração capitalista no leste europeu, a natureza da atual etapa histórica, o lugar dos homossexuais na formação do bolchevismo, a forma sob a qual os socialistas devem se organizar, as redes sociais e a luta contra o machismo, a questão nacional palestina, o papel da internet no combate à burocracia, trotskismo e a revolução negra, a política do reformismo europeu contemporâneo, religião e luta de classes, a teoria do valor hoje, as especificidades da política nacional, a dinâmica das organizações islamistas no Oriente Médio, o anti-proibicionismo e sua relação com o marxismo](#), e um largo etc. Estes documentos, pensados como uma contribuição teórica à esquerda anticapitalista, servem hoje de ponto de partida para a construção do Mais.

Pela via do redirecionamento de seu arquivo de artigos – que a partir de agora será armazenado no Esquerda Online – e o encerramento de suas atividades em seu antigo endereço, o [www.blogconvergencia.org](http://www.blogconvergencia.org), nos despedimos da antiga ferramenta. No espírito de continuarmos pensando coletivamente o socialismo no século XXI, convidamos todos para seguir a página no facebook do [Esquerda Online](#).

\*por erro o nome de Daniela Mussi apenas entrou na edição do

dia 13/10/2015

---

## É preciso arrancar Alegria ao futuro!

O ***Blog Convergência*** divulga o manifesto “é preciso arrancar alegria ao futuro”, assinado por 739 ex-militantes do PSTU que neste momento se desligam daquele partido para convocar a conformação de uma nova organização socialista e revolucionária no Brasil. A iniciativa busca uma unidade superior da esquerda que se movimenta no sentido da luta pela superação do capitalismo, e, no Brasil, pela conformação de um terceiro campo, alternativo às velhas e novas direitas e à coalização que deu suporte aos governos do PT. Estes aspectos sempre estiveram presentes nas bases fundamentais da orientação que motiva a atuação da equipe editorial do blog.

A equipe do ***Blog Convergência*** aproveita para manifestar nossa adesão e apoio integral a esta iniciativa, a qual nos somamos e com a qual esperamos poder contribuir ativamente.

O ato nacional de lançamento da nova organização **ocorrerá no dia 23 de julho, sábado, às 18 horas, no Club Homs (Av. Paulista, 735), na cidade de São Paulo.**

São tempos de mudança, de novas iniciativas e de novos desafios. O ***Blog Convergência*** também mudará, mas para seguir buscando contribuir com os debates do marxismo e das lutas contra todas as formas de exploração e de opressão de forma ainda mais intensa.

Viva o socialismo e até a vitória!

## **Manifesto pela construção de uma nova organização socialista e revolucionária no Brasil**

O presente manifesto é assinado por algumas centenas de companheiras e companheiros que no passado fizeram uma aposta militante no PSTU. Temos orgulho de ter dedicado o melhor de nossas forças para essa organização, mas hoje vimos a público comunicar que esta experiência chegou ao fim e que decidimos trilhar um novo caminho. Pertencemos a diferentes gerações, somos veteranos e jovens, mulheres e negros, LGBT's, professores e indígenas, operários industriais e da construção civil, petroleiros e estudantes, ativistas e dirigentes sindicais que constroem a CSP-Conlutas, trabalhadores da saúde e do transporte, desempregados e intelectuais, funcionários públicos e terceirizados.

Há cerca de oito meses, começamos uma batalha por nossas ideias dentro da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores) e sua seção brasileira, o PSTU. Por meio deste manifesto, queremos expressar nossas posições e as conclusões a que chegamos ao longo desse debate.

### **O que pensamos?**

Acreditamos que as dificuldades enfrentadas pelos revolucionários neste início de século 21 encontram sua explicação mais profunda no impacto reacionário da restauração capitalista na URSS, leste europeu, sudeste asiático e Cuba. A ofensiva política, econômica, social, militar e ideológica do imperialismo, os discursos sobre "o fim da história" e a adaptação da esquerda reformista à ordem burguesa não passaram sem consequências. O movimento de massas retrocedeu em sua consciência e organização. E os revolucionários sofreram os efeitos desses anos de confusão e crise.

Mas a história não acabou. A crise econômica mundial de



2007-2008 abriu uma nova situação internacional marcada pela instabilidade e pela polarização política, social e militar. Nesse marco, surgiram fenômenos altamente contraditórios, como a Primavera Árabe, a crise econômica europeia, o conflito militar na Ucrânia, os indignados da Espanha, a ascensão de partidos neo-reformistas como Syriza e Podemos, a crise dos refugiados na Europa, o fortalecimento da direita em várias partes do mundo, as manifestações na Grécia, as lutas antiproibicionistas e pelo direito à cidade encabeçadas pela juventude, o declínio dos governos de colaboração de classes na América Latina, o avanço do fundamentalismo islâmico e cristão, o ascenso da luta antirracista, feminista e antilgbtfóbica no mundo inteiro, as jornadas de Junho de 2013 no Brasil, a guerra civil na Síria, a crise do euro e da União Europeia, o atual ascenso francês e tantos outros.

Assim, a nova situação mundial abre importantes perspectivas aos socialistas. Mas é preciso saber atuar. Acreditamos que a postura dos revolucionários diante da reorganização da esquerda deve ser firme, porém, paciente. Porque o caminho da autoproclamação nos condenaria à marginalidade. Porque sabemos que o isolamento, a condição de minoria e a luta contra vento e maré durante tantas décadas deixaram em todos nós cicatrizes, reflexos sectários que devemos ter a coragem de superar.

Pensamos que a simples apresentação de um programa revolucionário não é o bastante para construir uma organização marxista. O decisivo é que esse programa seja ouvido, que lutemos por ele em cada espaço, que ele seja compreendido e aceito pelas massas e sua vanguarda. Não superaremos a marginalidade com um programa ultraesquerdista, que os trabalhadores não estão dispostos a abraçar, ou que, às vezes, nem sequer compreendem.

No terreno da política nacional, por sua vez, as diferenças não foram menores. Há mais de um ano vínhamos afirmando que era preciso enfrentar, com centralidade, a política de ajuste

fiscal do governo Dilma, mas combater também a oposição burguesa que queria derrubá-la apoiando-se em mobilizações reacionárias. Para esta luta, acreditávamos que era necessário construir a mais ampla unidade de ação com todos os setores que estivessem na oposição de esquerda ao governo e, se possível, dar a esta unidade uma forma organizativa: uma frente de luta ou terceiro campo alternativo ao governo e à oposição de direita.

Depois que a maioria da burguesia se unificou em torno à proposta de impeachment, a partir de fevereiro de 2016, defendemos internamente que era vital lutar contra esta manobra parlamentar, sem que isso significasse, evidentemente, prestar qualquer apoio político a Dilma. Porque avaliávamos que a derrubada do governo do PT só teria um sentido progressivo se realizada pelas mãos da própria classe trabalhadora, por meio de suas próprias organizações. Ao contrário, se liderada pela oposição de direita, a derrubada de Dilma seria uma saída reacionária para a crise política; deseducaria os trabalhadores em sua tarefa de autoemancipação. A segunda hipótese foi exatamente a que ocorreu.

Debatemos estas e outras diferenças lealmente durante quase um ano. Não obstante, foi atingido um ponto de saturação. Quando as diferenças se fazem insolúveis, quando a possibilidade de síntese se esgota, quando as discussões se tornam intermináveis e as polêmicas improdutivas, o perigo da desagregação passa a ser maior que tudo. Chegamos à conclusão que o prosseguimento do combate ameaçava com uma ruptura abrupta e desorganizada. Para preservar o maior patrimônio de qualquer organização, seus militantes, optamos por encerrar a luta e oferecer uma saída organizada para a crise. Deixamos o PSTU.

Reconhecemos o PSTU como uma organização revolucionária. Não pensamos que é menos revolucionário agora do que antes. Mas às vezes é impossível aos revolucionários pertencer a uma mesma organização. Apostamos na possibilidade de uma separação

amigável, e portanto exemplar, muito diferente das rupturas explosivas e destrutivas que o passado tanto viu. Mantemo-nos, por isso, nos marcos da Liga Internacional dos Trabalhadores, na qualidade de seção simpatizante.

### **O que queremos?**

Ao mesmo tempo em que nos desligamos do PSTU, reafirmamos nossa disposição em continuar a luta pela revolução socialista em uma nova organização nacional. Reconhecemos a ação consciente e organizada como a mais eficaz. Sobre a base do marxismo, da teoria leninista de organização e de toda a experiência histórica do movimento operário e socialista mundial, queremos construir algo novo. Admitimos sem soberba, com sincera humildade e respeito, que não somos os únicos revolucionários no Brasil ou no mundo.

Somos um pequeno ramo da grande árvore do marxismo revolucionário mundial. Reivindicamos as resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional; defendemos a teoria da revolução permanente e o Programa de Transição de Leon Trotski; nos colocamos a serviço da reconstrução da IV Internacional; abraçamos a herança do trotskismo latino-americano que teve em Nahuel Moreno seu principal dirigente e organizador; defendemos um marxismo ao mesmo tempo rigoroso na utilização dos conceitos e aberto na interpretação dos novos fenômenos; acreditamos que os socialistas devem estar na primeira fileira do combate ao machismo, à lgbtfobia e ao racismo, principalmente num país que traz na sua história a triste marca de quatro séculos de escravidão e que é um dos que mais mata mulheres e LGBT's no mundo; vemos a revolução socialista, em primeiro lugar, como processo de autoemancipação dos trabalhadores, com a classe operária à sua frente; entendemos que o revolucionário é, em primeiro lugar, um rebelde, e por isso o regime interno de uma organização marxista deve se caracterizar tanto pela disciplina na ação, quanto pela ampla liberdade de discussão, e que esses dois aspectos não são contraditórios, mas sim complementares e

inseparáveis.

Rejeitamos qualquer tentativa de reeditar, trinta anos depois, a experiência reformista do PT, como faz hoje a direção majoritária do PSOL. A redução da luta de classes à luta parlamentar, as alianças com os setores supostamente progressivos da burguesia nacional, a transformação dos deputados, senadores e prefeitos em figuras todo-poderosas, que só devem satisfações a si mesmos – tudo isso já foi feito. E fracassou. Não trilharemos este caminho.

Sabemos que a degeneração política do PT e a corrupção de seu aparelho alimentam uma saudável desconfiança entre os lutadores jovens que não querem ser manipulados como a vanguarda da geração anterior. Aos milhares, os ativistas se perguntam como controlar suas próprias organizações. E têm razão! Porque o tempo da ingenuidade e da credulidade nos líderes precisa ficar para trás. Queremos uma organização em que não haja lugar para os arrivistas, os oportunistas, para aqueles que querem obter vantagens e benefícios pessoais. Queremos entre nós os despojados de pretensão, os desapegados de ambição, os desprendidos de vaidade.

### **A luta é aqui e agora**

O maior desafio de nossas vidas, o sentido de nossa militância, é a realização e o triunfo da revolução socialista brasileira. A classe trabalhadora e o povo oprimido devem se elevar à altura do combate que a história convoca. Treze anos de governos do PT demonstraram de forma irrefutável que a estratégia de regulação do capitalismo através de minúsculas reformas social-liberais conduziu o país a um verdadeiro desastre. A direção do PT é a primeira responsável pela tragédia que se abate hoje sobre a classe trabalhadora brasileira. Lula e Dilma traíram o sonho dos trabalhadores, enterraram-se a si próprios e abriram o caminho para Michel Temer e Henrique Meirelles. A verdadeira libertação dos explorados e oprimidos passa, portanto, pelo combate à conciliação de classes promovida pelo PT e pela retomada de

uma estratégia de ruptura revolucionária da ordem.

A crise e posterior falência estratégica do PT, tão evidentemente demonstrada nas jornadas de Junho de 2013 e no episódio do impeachment, colocam para a esquerda marxista brasileira o dilema de sua própria crise, de sua própria marginalidade, de sua própria fragmentação. Os calendários eleitoral e sindical não comportam mais as lutas que vêm ocorrendo. É preciso uma saída estratégica. É nesse sentido que precisam trabalhar os marxistas revolucionários.

Mas as lutas dos explorados e oprimidos não podem esperar. Elas estão ocorrendo aqui e agora. Para que elas sejam vitoriosas, precisam ser cercadas da mais profunda solidariedade, em torno a elas deve ser construída a mais ampla unidade.

Essa unidade na ação prática, na luta comum, passa hoje, em nossa opinião, pela bandeira do Fora Temer, quer dizer, a luta contra o governo de plantão e suas medidas. Sem a unidade dos movimentos sociais combativos em torno a essa tarefa decisiva, correremos dois perigos. O primeiro é que o impulso de todos esses enfrentamentos parciais se disperse, pela ausência de uma estratégia geral comum. O segundo é que os combates específicos sejam apropriados pela direção do PT em seu projeto de voltar ao poder com uma nova candidatura Lula. Ou seja, a velha chantagem do mal menor. A maior tarefa da esquerda anticapitalista, portanto, é abrir o caminho para outra saída política. E ela pode ser construída desde já. Nenhum dos partidos e organizações da esquerda combativa pode hoje, por si só, oferecer esta saída.

Para ser efetiva, essa saída precisa ser construída de fato por todas as correntes e organizações combativas do movimento social, por todos que desejam sinceramente conformar esse terceiro campo alternativo da classe trabalhadora.

Defendemos a unidade deste terceiro campo também nas eleições

municipais de 2016. Propomos ao PSTU, ao PSOL, ao PCB, às organizações políticas que não possuem legalidade e aos movimentos sociais a construção de uma Frente de Esquerda e Socialista, com um programa de ruptura com os planos de ajustes que são aplicados por todos os governos e prefeituras. Nos colocamos desde já a serviço dessas grandiosas tarefas.

Queremos, enfim, construir uma organização que resgate a grandeza e a integridade do projeto socialista; uma organização que seja digna da memória daqueles que vieram antes de nós e entregaram suas vidas na luta pela igualdade social; uma esquerda revolucionária não-dogmática, que não se acomode nas poltronas de couro dos gabinetes parlamentares, mas que combata também o corporativismo e o burocratismo dos sindicatos, que priorize a luta direta das massas, que dialogue com a ampla camada de ativistas surgida no último período, que seja capaz de influenciar verdadeiramente os rumos da luta de classes no país, de inspirar confiança e esperança novamente.

O desafio é gigantesco, mas temos confiança que podemos, como dizia o velho poeta Maiakovski, “arrancar alegria ao futuro”. É chegada a hora de ousar. Mais do que nunca, é preciso lutar, é possível vencer.

Os assinantes do presente manifesto convidam também a todas e todos para o ato nacional de lançamento da nova organização, que ocorrerá no dia 23 de julho, sábado, às 18 horas, no Club Homs (Av. Paulista, 735), na cidade de São Paulo.

**Viva a luta dos explorados e oprimidos do mundo inteiro!**  
**Viva a revolução! Viva o socialismo!**

—

As assinaturas do manifesto podem ser vistas em: <http://alegriaaofuturo.com.br/quem-assina/>

---

# Carta aberta a um velho amigo governista imaginário

Carlos Zacarias de Sena Júnior |

Caro amigo,

acompanhando as notícias sobre as manifestações governistas ocorridas no Brasil nesses dias, vi uma foto em que você está paramentado de vermelho, sorridente, com um cartaz dizendo ser contra o golpe e pela democracia. Confesso que ver a sua imagem tantos anos depois de termos nos conhecido e ombreado em tantas lutas, me bateu aquela nostalgia daqueles tempos. Então lembrei o quanto lutamos juntos. Estávamos começando a universidade, os tempos eram de muita inflação e muita crise, você deve lembrar.

Recordo do quanto era difícil para nós e para as nossas famílias segurar a barra de manter os pagamentos em dia. Mas tínhamos convicções e tantas esperanças, que só pensávamos no futuro, então partimos para organizar a luta por um país e um mundo melhores. Estou certo de que se lembra de que falávamos não apenas do Brasil, mas nos preocupávamos com o mundo, com a América Latina, com a invasão do Iraque, com Mandela que estava em vias de ser libertado. Tenho uma forte recordação do comício que fomos em Salvador depois que o líder sul-africano foi libertado. Era um mar de gente e esperança de um mundo sem apartheid ou racismo. Éramos jovens iniciantes no internacionalismo e no marxismo revolucionário.

Mas o que mais me lembro daqueles tempos é de estarmos juntos quando fizemos a campanha de Lula da Silva para presidente. Puxa, como era difícil andar nas escolas, nas universidades e nas ruas fazendo campanha para o “sapo barbudo”. O Partido dos

Trabalhadores era uma esperança, atraía os jovens que se encantavam com sua independência de classes e não estavam contentes com o chamado “socialismo real”. Estávamos certos de que o PT, apesar das limitações e dos setores mais a direita que sofriam uma forte pressão institucional, era um partido para e, mais do que isso, dos trabalhadores. Sabíamos disso porque éramos nós que sustentávamos, vendendo broches, adesivos para carro, camisetas.

Alguns de nós até cotizávamos para as nossas correntes políticas com um dinheiro conquistado com muito suor nas campanhas financeiras que fazíamos. Lembro que vendíamos jornais na universidade, abríamos discussões com inúmeros companheiros e disputávamos com a juventude do PCdoB e de outras correntes. Nem ligávamos quando nos chamavam de divisionistas, porque tínhamos ajudado a construir a CUT contra a CGT que era onde estavam todos os militantes comunistas. Na universidade, nossos adversários principais não eram os comunistas das outras correntes, mas aqueles que nos olhavam com desconfiança e os que riam com ironia da nossa “inocência” e desdenhavam dos nossos sonhos de juventude. Mas nada nos abalava, pois tínhamos esperança e muita vontade.

Lula não foi eleito em 1989, como sabemos. Desconfiamos dos petistas que produziram adesivos em seguida à derrota para Collor, dizendo “Feliz 1994!”. Como assim? Tínhamos sido derrotados nas eleições, mas nossa luta era para o dia seguinte e não para as próximas eleições! Estávamos certos de que ainda havia muita luta a travar até 1994 e não nos enganamos. Collor foi pego com a “boca na botija” enquanto atacava os nossos direitos, mas não vacilamos nem um segundo e partimos para as ruas. Agitamos palavras de ordem contra Collor, mas também contra Itamar quando a maioria do PT, o nosso partido, queria que o vice assumisse.

Engrossamos o coro das manifestações e vimos que as ruas queriam eleições gerais. Mas os acordos de cúpula definiram que Itamar Franco assumiria. Houve uma crise no PT, que foi



contornada pelos principais dirigentes que construíam o lulismo, gente como José Dirceu e José Genuíno, entre outros que hoje, infelizmente, estampam as páginas dos jornais acusados de corrupção. Lembra do destino da Convergência Socialista? Os companheiros trotskistas, como nós nos reivindicávamos, foram expulsos do PT porque defenderam o “Fora Collor” muito antes do restante do partido. Ficamos indignados com a expulsão da Convergência, como ficamos inconformados quando Luísa Erundina, ex-prefeita de São Paulo, ganhou uma licença para participar do governo de Itamar, contra a decisão do partido. Isso também aconteceria com Francisco Weffort e com todos os que divergiam pela direita, jamais como a divergência pela esquerda, que era punida com a expulsão. Alguma coisa não parecia certa, mas seguimos acreditando no PT.

Ainda fizemos campanha para Lula em 1994, quando fazíamos o mestrado. Naquele tempo, parecíamos loucos, porque a maior parte da universidade efetivamente desdenhava de nós, especialmente nas ciências humanas. Isso acontecia porque os efeitos da queda do Muro de Berlim e da desagregação da União Soviética sopravam com a onda pós-moderna que começava a se configurar. Ser marxista era démodé, mas nós não nos preocupávamos com a moda. Veja como o mundo dá voltas: Lula foi derrotado em 1994 e depois em 1998, quando já éramos professores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O Plano Real ainda estava nos seus primeiros anos e os reveses de tantos anos de crises e inflação foi despejado nas costas dos trabalhadores. Mas a estabilização da economia nos tinha isolado. Pregávamos praticamente no deserto, porque a ofensiva ideológica foi grande nos tempos de FHC.

Mas é verdade que nossa vida melhorou. Estávamos convictos, e a realidade estava lá para comprovar, de que teríamos uma vida melhor do que nossos pais. Não obstante, você deve lembrar da primeira campanha salarial que participamos na UNEB. O mote era “O pior salário do Brasil”. Essa campanha espalhou

outdoors por toda a Bahia e também e Brasília. Foi uma campanha bem sucedida, mas faltava o elemento principal: não havia movimento docente organizado na UNEB e nas demais estaduais a luta claudicava. Também a última greve da categoria tinha sido em 1987, então ficava difícil reverter as coisas a situação adversa.

Caro amigo, passamos poucas e boas juntos, mas continuamos ombro a ombro, principalmente quando a categoria começou a se mobilizar em 2000, depois de tantos anos de arrocho, da nossa carreira destruída e da ausência de lutas mais intensas. Participamos da movimentação e foi muito emocionante quando aprovamos a greve naquele dia 28 de junho de 2000, colocando a UNEB ao lado das outras três universidades que já estavam paralisadas há quase 20 dias. Me arrepio até hoje quando me lembro daquela assembleia. Depois de alguns anos de experiência no movimento estudantil e uma breve passagem pela educação básica, quando fui delegado do SINPRO na minha escola, era a primeira vez que me deparava com o desafio de organizar uma greve da minha categoria.

Tenho viva na memória o momento em que me inscrevi para falar na assembleia e, emocionado, defendi a deflagração da greve, dizendo que os professores universitários eram, também, trabalhadores como qualquer outro. Na época governava a Bahia Paulo Souto, o fiel aliado de ACM. Lembro de sua fala, foi muito emocionante! Você foi sempre um grande orador e, como tal, uma grande referência para mim. Nossas falas e disposição nos levaram a integrar o Comando de Greve. Aprendemos juntos a combater na luta de classes, no lado certo da trincheira. Fizemos uma boa parceria naquele Comando de Greve, você com sua oratória convincente e eu com minha capacidade organizativa.

Isso fez com que eu dirigisse todas as assembleias daquela greve, dividindo outras tarefas com tantos companheiros, especialmente com uma maioria de bravas companheiras. Foi uma grande aprendizagem, sem dúvida! Mas naquela greve sentimos

uma ausência: a dos nossos companheiros do PT. É verdade que seus poucos parlamentares apareciam vez ou outra para apoiar a greve, assim como os parlamentares do PCdoB. Eles também apareceriam em muitas outras greves, até o PT assumir o governo e eles desaparecerem. Quanto aos companheiros da minha corrente política no PT, estes apareceram no fim da greve para colar adesivo de candidato em mim. Eu não via problema em assumir minhas posições, mas achei um tremendo oportunismo os companheiros aparecerem no final da greve, muito mais preocupados com as eleições daquele ano. É claro que não aceitei!

Não ganhamos nada na greve de 2000, mais depois fomos eleitos para a ADUNEB. Lembra como foi difícil reconstruir aquela Seção Sindical? Lembra como foi difícil construir uma nova greve em 2002? Lembra como saímos vencedores depois de quase 90 dias de greve, dois cortes de salários, mas com o nosso plano de carreira reconstruído e a categoria com muita moral para outras lutas? Foi um momento vibrante, mas só não foi mais alegre porque nossos caminhos começaram a tomar sentidos diferentes. Você não entendeu o motivo de eu ter rompido com o PT em 2000 e nem as indignações que compartilávamos frente aos descaminhos do PT foram suficientes para seguirmos juntos. Você não veio comigo para o PSTU em 2001, nem estive ao meu lado quando ajudei a construir o partido em Salvador nos anos seguintes. Não sei se sabe, mas antes de tomar minha decisão estudei muito: li Trotsky, Moreno e outros marxistas. Conheci grandes militantes e dirigentes nacionais do partido e, finalmente, me decidi e fui aceito pelos companheiros do PSTU nas suas fileiras e nas fileiras da LIT. Nos encontramos quando eu saí candidato a governador em 2002, mas você me tratou com frieza. Sei que estava com Lula e Wagner naquela eleição, mas não esperava seu desdém.

Lula ganhou a eleição, Wagner perdeu na Bahia. Teve a “carta ao povo brasileiro” em junho de 2002 e aquela coisa de “Lulinha paz e amor”, algo muito diferente daquilo pelo qual

tínhamos lutado em fins dos anos 1980. Na presidência, o PT começou por atacar os servidores, com a reforma da previdência em 2003. Então começou a enfrentar a resistência dos trabalhadores que faziam a experiência com o governo petista. Wagner ganhou a eleição na Bahia em 2006, e todos vimos que o PT governava de maneira igual ao velho PFL.

Soube depois que você ingressou na UFBA por concurso. Fiquei feliz por você, embora um pouco melancólico porque nossos caminhos tinham definitivamente se separado. Não sei se você acompanhou minha trajetória. Segui no PSTU, embora não tenha aceitado mais a tarefa de ser figura pública e disputar eleições. Nunca tive a oportunidade de lhe dizer, mas foi no PSTU que encontrei meus sonhos de juventude. Foi neste partido que finalmente soube o que era ser trotskista e tentar organizar um partido bolchevique. Imagino que você deve estar rindo da minha cara, achando ingênuo alguém nas proximidades dos 50, falar assim. Meus sonhos de juventude, nossos sonhos de juventude, nunca os perdi, esteja certo.

Fiquei na UNEB ainda por muitos anos. A greve que construímos juntos em 2000, e a reorganização da qual participamos naqueles anos e nos seguintes, serviu para o MD da UNEB sair das sombras. Então, depois das greves de 2000 e 2002, participei e integrei o Comando de Greve na paralisação de 2003 e 2007. Em 2005 também teve greve, mas eu estava fazendo o doutorado. Em 2007 ainda voltaria a dirigir a ADUNEB, concluindo o mandato em 2009, quando meus filhos nasceram. Saí da UNEB em 2010, depois de um concurso na UFBA. Sempre tive orgulho daquela universidade e ainda mais dos companheiros e das companheiras que construíram um movimento docente combativo, com uma Seção Sindical filiada ao ANDES e a CSP-Conlutas.

Ingressei na UFBA em 2010. Nossos caminhos não mais se cruzaram, mas quando deflagramos a greve nacional de 2012, dirigida pelo ANDES-SN, não me recordo de ter encontrado você na maioria das assembleias. Tenho certeza de que soube das

assembleias lotadas, dos atos que fizemos e todo desenrolar daquela luta emocionante, em que forjamos experiência e companheirismo. Sei que acompanhou o combate que demos a direção da Apub ligada do PROIFES, que boicotou sistematicamente a greve e a categoria, terminando por ser destituída por decisão de uma assembleia convocada com a aquela finalidade e que contou com mais de 400 docentes. Tenho impressão de que divisei você entre as centenas de docentes e me surpreendi com seu jeito acanhado de participar da assembleia. Você não falou, mas esteve entre os poucos que votaram contra a destituição. Você me pareceu envergonhado e creio que tinha razões para estar. Não sei se você soube que seu velho amigo foi processado pela direção da Apub, junto com mais 15 companheiros do Comando Local de Greve (CLG) da UFBA em 2012. Eu estava em estágio probatório, corria o risco de demissão, mas não vi nenhuma solidariedade de sua parte.

De 2012 para cá, fizemos muitos movimentos. Você deve estar a par que os salários dos docentes das IFES está entre os piores do Brasil. Em relação aos salários das universidades estaduais baianas, nossos vencimentos estão bastante depreciados. Não sei como anda a sua vida. Sei que é professor Associado, condição que lhe oferece algum alento diante dos salários aviltados das classes de auxiliar, assistente e adjunto. Não sei se goza ainda dos quinquênios, do direito a licença prêmio, da aposentadoria integral. FHC destruiu tudo isso, como sabemos, mas Lula e Dilma não reintroduziram nenhum direito sequer, muito pelo contrário. Nossa situação é precária, as IFES estão à míngua e a única possibilidade de reverter essa situação é através da luta. Veja, quando ingressamos nas UNEB em 1997, os salários dos docentes das universidades estaduais baianas eram os piores do Brasil.

Depois de 16 anos e oito greves, os salários e a carreira dos nossos colegas das estaduais são muito melhores do que os nossos, de modo que quando vim para a UFBA tive um rebaixamento salarial e hoje ganho algo entre 30% e 40% do que

ganharia na UNEB. É sabido que entre os docentes das IFES, foi significativa a perda de influência e a decomposição dos salários ao longo dos anos. Na UFBA, oito anos sem greve (de 2004 a 2012), cobrou o seu preço. Por isso achei triste não encontrar você em nenhum momento nas lutas que fizemos em defesa da universidade e por melhorias nos salários e na carreira. Na greve de 2015, quando a UFB, à míngua, anunciava a impossibilidade de funcionar com tantos cortes promovidos pelo governo de Dilma, não vi você em nenhuma assembleia, mas vi seu nome entre aqueles que assinaram um triste abaixo-assinado contra a greve e contra Comando Local de Greve. Fiquei pensando no que me tornei e no que você se tornou e fiquei triste por você.

Eis que então, percorrendo as notícias sobre as manifestações governistas do dia 18, vi sua foto. Acho que você está bem, parece conservado. Vi que estava sorridente e feliz. Parecia que tinha reencontrado o caminho da luta, “defendendo a democracia contra os golpistas”. Vi em uma das fotos, alguns bravos companheiros e bravas companheiras dos últimos CLGs da UFBA no movimento.

Não tenho dúvidas que as pressões advindas de pessoas que são reconhecidas pela combatividade, levou muitos a cederem aos atalhos da luta política. O isolamento é desolador, com o perdão do trocadilho, mas não podemos confundir nossos desejos com a realidade. Não creio que haja um golpe em curso, mas tendo a concordar com os que dizem que há um “golpe paraguaio”, se admitirmos que a possibilidade do impeachment significa isso. Entretanto, o impedimento da presidente Dilma, nas bases da Constituição, não significará, necessariamente um golpe sobre a nossa classe. É claro que haverá retrocessos, mas não estaremos muito melhores se Dilma sair fortalecida desse processo, porque foi justamente o PT quem desferiu os maiores ataques aos trabalhadores nos últimos anos.

Na atual situação, caso um dos dois cenários prováveis venha a se confirmar, os perdedores seremos nós, a classe

trabalhadora. Mas há ainda uma alternativa, que é a de construirmos atos independentes, de maneira a tomarmos em nossas mãos “o que a nós nos diz respeito”. Sei que lembra da referência ao hino de *A Internacional*, mas não sei se seria mais capaz de entoar junto aos seus velhos camaradas e amigos.

Meu caro amigo eu confesso que fiquei feliz de vê-lo retornar às ruas. Na verdade, vi muitos que, como você, havia levado anos sem por os pés no asfalto. Não pense, contudo, que o mundo deixou de existir nesses anos em que esteve ausente. A luta de classes nunca esteve tão ativa na história do Brasil e as Jornadas de Junho devem nos servir de alerta para o futuro que precisamos construir. Estou certo de que as nossas lutas só não são mais efetivas em função das direções que hoje temos. Isso porque não se pode conceber que tendo picos de greves em 2012 e 2013 (877 e 2050 greves, segundo o DIEESE), não tenhamos sido capazes de construir a necessária greve geral.

Espero sinceramente que a camisa vermelha que usou nos atos pró-governo de ontem, voltem a lhe adornar o corpo no futuro próximo. Temos um ato marcado para o dia 1º de abril, chamado pelo Espaço Unidade de Ação, a CSP-Conlutas e outras entidades que fazem oposição de esquerda ao governo. Ficaria feliz em caminhar na rua ao seu lado. Estaria ainda mais feliz se refletisse sobre esses anos todos do lulismo e o rumo que você e o país tomaram. Podemos não ser mais amigos, mas não me custará voltar a chamá-lo de companheiro nas lutas que teremos pela frente. Ainda acredito que o futuro pertence aos trabalhadores.

Saudações socialistas,

Carlos Zacarias

---

# Da frente única a frente popular: a virada histórica da Internacional Comunista sob o estalinismo

**Carlos Zacarias de Sena Júnior\* |**

Na história do movimento comunista, a questão das políticas de frentes (única, popular e nacional) sempre foi um tema por demais espinhoso, de maneira que, se para Lenin e para Trotsky, dois dos principais líderes da Revolução Russa, a política da frente única (FU) deveria ser usada com máxima flexibilidade tática desde 1921, para os comunistas conselhistas e a ultraesquerda a FU significava uma espécie de capitulação à socialdemocracia e/ou aos seus governos. Não por acaso, Lenin dedicou boa parte do seu livro sobre o esquerdismo, escrito em 1921, para combater aquilo que acreditava ser a doença infantil das correntes comunistas do período.[i] Ainda no interior da Internacional Comunista (IC), nova fratura seria evidenciada desde a ameaça e ascensão de movimentos e ditaduras de tipo fascistas, inicialmente na Itália e posteriormente na Alemanha, quando Trotsky e seus partidários defenderam a frente única com os operários socialdemocratas, contra a política do “terceiro período” do Komintern, cujas correntes stalinistas acusavam a socialdemocracia de ser uma irmã gêmea do fascismo. A virada decisiva viria, no entanto, somente em 1934/1935, ocasião em que o Partido Comunista Francês, com o beneplácito da IC, adotou a política de frente única com a socialdemocracia e, posteriormente, de frente popular com os chamados “radicais” que formavam um partido de coloração pequeno-burguesa na França. Mas em que circunstâncias as políticas frentistas foram adotadas pelo movimento comunista internacional? Onde se encontra a principal divergência que fez com que se



bifurcassem as principais heranças do movimento operário da terceira-internacional?

O objetivo deste trabalho é situar a discussão no contexto das primeiras formulações da tática de frente única no interior da Terceira Internacional. Pretende-se que a análise das elaborações originais de Lenin e Trotsky sejam confrontadas com a proposição de frente popular e frente nacional no momento de uma virada histórica ocorrida durante o refluxo da primeira onda revolucionária (1917-1923) e de ascenso da contrarrevolução. O argumento central aqui proposto diz respeito ao fato de que a inflexão tática promovida pela IC nos anos 30 significou também uma reformulação estratégica do movimento comunista, já que este definiu como horizonte a defesa da democracia e a realização de alianças cada vez mais amplas com setores da burguesia dita progressista.

Na história do movimento comunista, a trajetória das formulações frentistas remonta aos primeiros anos de funcionamento do Komintern e, em larga medida, foi adotada pelas Seções Nacionais de diversos países e em diversas conjunturas. Fundada em 1919, a Internacional Comunista, ou Terceira Internacional, consagrou a liderança do Partido Bolchevique e da via revolucionária russa no quadro da movimentação operária europeia no primeiro quartel do século XX. A vitória dos bolcheviques na Revolução de Outubro de 1917 foi um dos feitos mais extraordinários de toda a história da humanidade. Até então, nenhuma ação planejada, fundada numa organização política conscientemente organizada e centralizada para uma determinada finalidade, havia chegado tão longe nos seus propósitos. Nem mesmo as organizações atuantes na Revolução Francesa de 1789 chegaram perto do que foi o Partido Bolchevique, dirigido por Lenin, e do papel que esta organização cumpriu nos eventos espetaculares daqueles anos que mudaram a história do mundo no século XX. Regidos por uma estrutura que agregava revolucionários profissionais, submetidos ao “centralismo democrático”, o modelo leniniano de

partido denotou uma substancial eficácia da sua organização, ao menos no quadro russo das duas primeiras décadas do século passado.

O sucesso da Revolução de Outubro disseminou, portanto, ao longo das décadas seguintes do século XX, o paradigma das revoluções operárias e socialistas que envolveriam imensos contingentes humanos, explorados pelo capital e eventualmente oprimidos por regimes autocráticos, como era o caso do czarismo na Rússia, da mesma forma que ensejou a criação de uma era de revoluções e de organizações revolucionárias, inspiradas no bolchevismo, que não tardariam a ser experimentadas no restante da Europa na primeira vaga revolucionária aberta entre 1917 e 1923. Todavia, as esperanças alimentadas por Lenin e Trotsky de que a revolução mundial não faltaria e viria em auxílio da Rússia dos soviets, foram frustradas pelas derrotas das revoluções húngara (1919), italiana (1920) e, principalmente, da revolução alemã de 1919/1921. Caberia, então, à Internacional Comunista fazer o balanço destas primeiras derrotas e buscar as respostas e proposições táticas de acordo com cada circunstância e cada nova conjuntura.

Foi somente no seu III Congresso, em 1921, que o Komintern pôde avaliar os aspectos das derrotas que parcialmente se iam abatendo sobre a classe operária em diversos países europeus. Ainda no bojo da situação revolucionária inaugurada com o fim da Primeira Guerra Mundial e com a Revolução Russa de 1917, a Terceira Internacional e suas principais lideranças puderam produzir as primeiras formulações com base no balanço das revoluções que se processavam na Europa. Foi, sobretudo, através do documento “Tese sobre a situação mundial e a tarefa da Internacional Comunista”, cuja redação ficou sob a responsabilidade de Trotsky, que a IC entendeu que, apesar da permanência da situação revolucionária no plano internacional, a “poderosa onda” não conseguia, entretanto, “derrotar o capitalismo mundial, nem mesmo o capitalismo europeu”. [ii]

Ainda que caracterizando as derrotas como parciais, o documento trazia questões fundamentais ao movimento comunista internacional na medida em que indagava, pela primeira vez desde o impulso revolucionário de 1917, até que ponto a burguesia poderia restabelecer o equilíbrio social no pós-guerra, ou, então, se haveria a possibilidade de uma época prolongada de crescimento do capitalismo. O texto concluía a premissa com uma constatação: “Não decorre disso a necessidade de revisar o programa ou a tática da Internacional Comunista?”.[iii]

A tese escrita por Trotsky apontava a necessidade de se combinar o realismo político com a atividade revolucionária nas democracias ocidentais que, sob alguns aspectos, eram caracterizadas como distintas do caso russo.[iv] Concretamente, na maioria dos países europeus, as organizações comunistas se defrontavam com situações políticas bastante diversas das encontradas pelo Partido Bolchevique ante o Estado autocrático na Rússia, com a classe operária disposta de amplos e complexos mecanismos de manifestação, o que erguia uma portentosa concorrência das correntes ditas revolucionárias com as agremiações da socialdemocracia europeia. Na Alemanha, por exemplo, o Partido Social Democrata (SPD), além de hegemonizar o movimento operário, chegou a liderar o governo burguês de coalizão na República de Weimar e, em alguns momentos inclusive, compor maioria parlamentar.[v] Apesar da percepção quanto às diferenças, as resoluções do Komintern não chegaram a indicar um caminho que negasse a necessidade da ruptura revolucionária e privilegiasse a atuação parlamentar, pois o que se procurava era, apenas e tão-somente, incorporar à tática das organizações comunistas, os mecanismos de acumulação de forças nas épocas em que a crise revolucionária não se tivesse aberto.

No III Congresso, portanto, consagrou-se a tática que indicava aos Partidos Comunistas uma política que os levasse a se

constituírem em maiorias no seio da classe operária. Sob o dístico de “às massas”, recusava-se todo o sectarismo e o putschismo aventureiro, praticado por algumas das Seções Nacionais da Terceira Internacional e, ao mesmo tempo, procurava-se encaminhar o movimento comunista para dentro dos organismos de massas, os sindicatos principalmente, para a partir dali formarem a necessária frente única que encontrasse o termo da realpolitik e da ação revolucionária almejada. No estrito terreno da classe operária, o essencial de ambas as políticas era o pressuposto de que o Partido Comunista deveria caminhar para se constituir em força hegemônica no seio do proletariado, ganhando a maioria da classe para o seu projeto. Os Partidos Comunistas, surgidos do grande ascenso revolucionário do pós-guerra, viram-se, pela primeira, vez na iminência de elaborarem uma tática que não fosse meramente ofensiva, mas uma tática apropriada a um período de relativa estabilização do capitalismo, tática esta que combinasse medidas defensivas, com a preparação da ofensiva revolucionária pela classe trabalhadora.

Não foi por outro motivo que a tese da frente única operária foi ratificada no IV Congresso do Komintern, em 1922, e posteriormente retomada no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, especialmente depois da constatação dos equívocos contidos na linha política do “terceiro período”, vigente no âmbito internacional desde o VI Congresso da IC, ocorrido em 1928. Depois da ascensão de Hitler na Alemanha, em 1933, a contra-revolução européia marchava a passos largos para o extermínio do movimento operário, mas o Komintern só percebeu isso depois da catástrofe que foi a chegada dos nazistas ao poder e o esmagamento do movimento operário alemão e de suas organizações, apesar dos alertas de Trotsky e de Gramsci que pregavam no deserto, cada um ao seu modo, contra os desacertos da linha “esquerdista” do “terceiro período”. [vi]

Foi somente em 1935, em seu sétimo Congresso, que a IC pôde,

finalmente, reavaliar a rota que apontava a social-democracia como “ala esquerda” do fascismo, ou “social-fascismo”, e restabelecer o caminho da frente única para derrotar o inimigo comum do movimento operário, o nazi-fascismo. Foi o dirigente do Partido Comunista da Bulgária, Jorge Dimitrov, membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), quem formulou as premissas da nova tática, consubstanciadas no texto “A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo”, apresentado como Relatório ao VII Congresso da IC, em 2 de agosto de 1935.[vii] Pelo texto de Dimitrov, reconhecia-se que o fascismo, ainda que sendo uma expressão da contra-revolução e uma característica do capitalismo em sua época de crise, necessitava de uma definição distinta das outras formas de dominação burguesa, tendo em vista que o fascismo, como assegurava o dirigente do CEIC “não é a vulgar substituição de um governo burguês por outro, mas sim a substituição, feita por estadismo [sic], da dominação da classe burguesa – a democracia burguesa – por uma outra forma desta mesma dominação, a ditadura terrorista declarada”.[viii]

A partir desta caracterização, o “Relatório” de Dimitrov prosseguia apontando as responsabilidades históricas dos chefes da socialdemocracia que, com sua política de colaboração de classes com a burguesia, desarmavam a classe operária ante a ascensão do inimigo.[ix] Também os Partidos Comunistas foram parcialmente criticados no texto do comunista búlgaro, acima de tudo porque teriam subdimensionado o perigo fascista e desacreditado das suas possibilidades nos países de democracia burguesa clássicas.[x] O corolário da nova situação caracterizada pela Internacional Comunista, a partir do documento de Dimitrov, era a luta pela frente única para a defesa da classe, na condição em que tal política soubesse identificar o momento de sair da defensiva e partir para a ofensiva contra o capital, “orientando-nos rumo à organização da greve política de massas”.[xi]

Se a nova tática emanada da Terceira Internacional recuperava os principais elementos da formulação frentista do III Congresso de 1921, ela não se deteve, entretanto, na indicação de uma política de frente única, entendida pelos seus formuladores originais como uma tática exclusiva para o interior do movimento operário. Ao contrário, a compreensão de Dimitrov era a de que a ascensão do nazi-fascismo, além de representar a vitória da contrarrevolução sobre a vaga revolucionária, significava, também, a derrota de uma parcela da própria burguesia “aterrorizada perante a realização da unidade de luta da classe operária, aterrorizada perante a revolução e já sem a possibilidade de manter a ditadura sobre as massas por meio dos velhos métodos da democracia burguesa e do parlamentarismo”. [xii] Neste sentido, os Partidos Comunistas eram instados a criarem “uma vasta frente popular antifascista sobre a base da frente única proletária”, ou seja, seria necessário que as organizações operárias atraíssem para o campo frentista os amplos setores do campesinato e da pequena burguesia urbana, ainda que as organizações representantes desses segmentos se encontrassem sob a influência da burguesia e seus partidos. [xiii]

Com efeito, a política de frente popular que previam alianças amplas com os setores da burguesia tida progressista, passou a ser a tática privilegiada dos Partidos Comunistas na conjuntura de ascensão das ditaduras fascistas ou filo-fascistas pelo mundo nos anos 30. Não por acaso, os exemplos mais evidentes da aplicação de tais políticas, bem como os seus desdobramentos mais importantes naqueles anos, foram os casos francês e espanhol, sob os governos de Leon Blum e de Francisco Largo Caballero, respectivamente. Nestes casos, longe de ser uma política essencialmente defensiva, a Frente Popular significou para os Partidos Comunistas a aceitação da possibilidade de participação em governos de países ocidentais, sem que, entretanto, tivesse havido uma revolução social com a consequente derrota da burguesia, o que veio de fato a ocorrer na Espanha e esteve perto de se concretizar na

França, muito embora a FP vicejasse como campo político de apoio ao governo de Blum.[xiv] Nestas circunstâncias, em muitos países, os PCs formavam com outros partidos da socialdemocracia, e mesmo da burguesia, amplas coalizões sob a forma de frentes populares que, ainda assim, não impediam a polarização crescente e a ascensão das massas revolucionárias enfurecidas.[xv] Sendo assim, a instabilidade permanente de tais governos de FP ou apoiados pelos membros destas frentes interclassistas, e mesmo a guerra civil, como foi o caso da Espanha, entre 1936 e 1939, constituíram o traço característico mais importante deste período de governos e coalizões frente-populistas.

As formulações táticas quanto à frente única proletária (FUP ou simplesmente FU), à frente única antifascista (FUA, nos países coloniais e semicoloniais) e à frente popular (FP), adentram o vocabulário e à prática das organizações comunistas internacionais como respostas às diferentes conjunturas que surgiram na Europa e no mundo, desde o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Contudo, somente em 1935 é que passariam a se constituir nos programas fundamentais dos Partidos Comunistas do planeta, nas circunstâncias e nas possibilidades em que a URSS se adiantava em propor a perspectiva de uma “coexistência pacífica” longa e duradoura às democracias ocidentais.

No caso da FU, a conjuntura de alguma estabilização depois das primeiras derrotas da revolução mundial, entre 1919 e 1920, colocou a imperiosa necessidade de conjugação de esforços no interior do movimento operário para que os Partidos Comunistas que surgiam pudessem avançar na construção da hegemonia sobre as massas, na preparação da revolução. Já a FP foi a resposta encontrada pela IC ante o nazi-fascismo vitorioso e o principal instrumento de “antifascismo” da tese do “socialismo num só país”, vigente na Rússia, desde a vitória de Stalin sobre a Oposição de Esquerda em 1926. Foi também uma tática adotada pela direção do movimento operário europeu, ante a

incapacidade das burguesias liberais destes países de se constituírem em uma alternativa consistente para as massas na conjuntura de crise aguda do capitalismo e de avanço da onda contrarrevolucionária que sucedeu a revolução derrotada em 1923. De outro lado, foi também um instrumento do movimento comunista dos países ditos atrasados, coloniais ou semicoloniais, para a realização das tarefas de libertação-nacional ante o imperialismo, consubstanciada na fórmula da Frente Única Antifascista, que conjugava elementos das táticas frentistas dos primeiros congressos da IC com elementos da época áurea da teoria do “socialismo num só país”. Neste sentido, a tática de frente popular era ainda mais ampliada e se transformava em frente nacional, que englobava, além dos amplos setores da chamada “burguesia progressista”, todos os “democratas sinceros”, fossem liberais, socialistas, republicanos ou monarquistas.[xvi]

Foi ainda no VII Congresso da IC, que o responsável do CEIC para a América do Sul, o holandês Van Min, membro do Conselho Executivo do Komintern, apresentou seu relatório e discutiu as circunstâncias em que, no Brasil, o PC deveria “redobrar os seus esforços no sentido de consolidar a frente única nacional libertadora”. Para o dirigente da IC, no caso do Brasil, seria necessário que se liquidasse “o sectarismo de certos membros do Partido” e se desenvolvesse “sem medo o movimento de massas de choque, sob a bandeira da União Libertadora”, de maneira a “elevar até as formas mais altas de luta pelo poder”. [xvii] De acordo com Van Min:

*Um governo da facção Nacional Libertadora ou de outra qualquer União Nacional, se, por motivos políticos que parecem existem, for necessário mudar o nome, para aparentemente aparentar [sic] uma cor mais socialista, o qual possa impulsionar esse movimento, não será ainda uma ditadura revolucionária democrática de operários e camponeses, mas apresentar um governo de caráter e sentimentos anti-imperialistas. Os comunistas brasileiros devem lutar, como*



*estão sabiamente fazendo, pela independência nacional do seu grande país que virá, em futuro próximo, como uma linda pérola a ser engastada no colar das Repúblicas Soviéticas, como atestado de sua alta civilização. [...] O trabalho dos camaradas brasileiros representa já uma boa etapa na constituição da frente única e antifascista. Devemos render as nossas homenagens ao camarada Prestes e aos dignos Delegados do Brasil ao Sétimo Congresso Internacional Comunista.[xviii]*

Todavia, a União (ou frente) Nacional, não ganhou os contornos precisos de uma nova tática, nem sequer foi formulada nos termos em que o Komintern consagrou a frente única ou mesmo a frente popular como instrumento principal das organizações comunistas. Pelo contrário, a União Nacional foi, antes de tudo, o resultado da ampliação das táticas de frente única antifascista (por vezes chamada pelos comunistas de frente popular antifascista) e de frente popular, surgida nas circunstâncias e nos países em que a luta antifascista envolvia amplos setores da sociedade, desde os agrupamentos “conservadores patriotas”, não identificados com o nazifascismo, aos “revolucionários sociais” de toda espécie.[xix] Como insistia Dimitrov: “O Partido Comunista deve apoiar todo o movimento político e de qualquer cor que vise o combate ao fascismo”.[xx]

E, se nos termos da tática de frente única, a posição de hegemonia caberia sempre ao proletariado e suas organizações no caso de virem a formar uma frente com a pequena burguesia e o campesinato, na linha de frente popular, especialmente em algumas situações, admitia-se a possibilidade da hegemonia ser exercida pelo setor dito “progressista” da burguesia. Este foi o caso do PC brasileiro que a partir de 1936, quando da inflexão da linha insurrecional de 1935, que na verdade tinha engendrado o putsch, promoveu uma significativa virada tática com a aplicação da política de frente nacional, que teve profundas implicações estratégicas que significavam a defesa

da democracia em abstrato e uma permanente aliança com a burguesia e com os países capitalistas.[xxi]

Com efeito, nos países em que o movimento operário, o campesinato, a pequena burguesia urbana e os setores marginais da burguesia, por suas debilidades, não conseguiam representar uma efetiva alternativa de poder e nem sequer conseguiam manter uma conseqüente política defensiva, a União Nacional adveio como tática principal. Ao mesmo tempo, tal política vicejou mais plenamente nas regiões periféricas do planeta, pois encontrou largo espaço em segmentos da população que passaram a ser mobilizados pelo movimento comunista que apresentava, como alternativa de saída da crise, a ampla coalizão de classes, em defesa da pátria, contra a agressão externa, que incorporaria, além dos componentes tradicionais da FP, a “burguesia nacional” e os “grandes proprietários agrários”, desde que estes fossem entendidos como cumpridores de um papel “progressista” na luta antifascista.

Enquanto uma vaga nacionalista alcançou amplos setores das massas urbanas em diversos países, a bandeira do patriotismo, de certa maneira estranha às correntes oriundas do bolchevismo, a despeito de ser cada vez mais adotada na própria URSS, passou a ser defendida pelos Partidos Comunistas e pelos movimentos revolucionários de diversas partes do mundo.[xxii] Isto porque o caráter do nacionalismo vigente, quando das lutas antifascistas, implicava uma forma de internacionalismo que, muito embora instrumental, já que submetido à tese do “socialismo num só país”, não deixava de se referir ao primado do inimigo comum de toda a civilização. Contribuía, enfim, para a ampliação da tática frente-populista, no caso dos países “coloniais”, ou “semicoloniais”, como o Brasil, a visão etapista e a compreensão quanto às tarefas da revolução, que pressupunham uma necessária antecedência da etapa nacional-libertadora em relação à etapa socialista, o que significava a concepção de que caberia à burguesia nacional a missão histórica de liderar a fase

burguesa e democrática da transição, e cumpriria ao proletariado hegemonizar a etapa socialista, projetada para um futuro não enunciado.

Não teriam sido outros os motivos que levaram as organizações comunistas pelo mundo a adotarem, sistematicamente, no plano interno, a política de Frente Popular ampliada, que era a União Nacional, na conjuntura da guerra, especialmente quando a IC lutava para superar os equívocos de sua linha esquerdista do “terceiro período”. A crença no potencial revolucionário da burguesia nacional, acrescentada de fatores específicos vistos nos países periféricos, como o debilitamento do movimento comunista ante as ditaduras de tipo fascista e filo-fascista e a postura de oposição ao regime de uma parcela da burguesia de alguns países, reforçaram o sentimento dos comunistas de que, a partir de uma crise de grandes proporções, poder-se-ia abrir uma nova etapa da revolução, porquanto, com o avançar das correntes progressistas, se complementariam as tarefas “democráticas” da revolução, com a “libertação nacional” e a superação dos “vestígios feudais”, “semicoloniais” e da “submissão imperialista” vigentes nesses países.

Dessa forma, os Partidos Comunistas pelo mundo buscaram localizar-se junto a esses movimentos antifascistas, como a primeira corrente a empunhar com veemência a bandeira da “Frente Nacional Antifascista”, que tinha a democracia como o tema principal, nem que para isto fosse necessária uma aliança com os principais representantes das burguesias desses países. Deste momento em diante, uma fratura substancial foi aberta entre as correntes que reivindicavam o legado da Terceira Internacional, pois enquanto um setor permaneceu construindo, a unidade com o que seria um campo da democracia contra o imperialismo e a reação, outro permaneceu acreditando que os trabalhadores só podem contar com suas próprias forças, não devendo confiar nunca no inimigo de classe, e talvez este seja o principal impasse da nossa época.

\* Texto originalmente publicado nos Anais do V Colóquio Marx e

Engels da Unicamp em 2007 com o título “Frente única, Frente Popular e Frente Nacional: anotações históricas sobre um debate presente”.

[i] LENIN, V. I. Esquerdismo, doença infantil do comunismo. 5 ed. São Paulo: Global, 1981, passim.

[ii] Cf. III Internacional Comunista. Manifestos, teses e Resoluções do 3.º Congresso. São Paulo: Brasil Debates, 1989, v. 3, p. 53 (Introdução de GOLIN, Tau).

[iii] Id., *ibid.*, p. 54.

[iv] Id., *ibid.*, p. 54-59.

[v] HOBBSBAWM, Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 74-75.

[vi] Cf. TROTSKY, Leon. Revolução e contra-revolução. Lisboa, Porto, Luanda: Centro do Livro Brasileiro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Cf. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3, p. 259-279.

[vii] DIMITROV, Jorge. A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo. Relatório apresentado no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, em 2 de agosto de 1935. In: Obras escolhidas. Lisboa: Estampa, 1976, v. 3, p. 9-90.

[viii] Cf. DIMITROV, A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista..., p. 12.

[ix] Id., *ibid.*, p. 19-20. No texto de Dimitrov, não se avaliam as responsabilidades históricas da IC quanto à linha do “terceiro período” e do social-fascismo, apenas se apontam alguns erros sectários presentes na política da Internacional.

[x] Id., *ibid.*, p. 21-22.

[xi] DIMITROV, A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional..., in: Obras escolhidas, Op. cit., p. 35 (grifos no original).

[xii] Id. ibid., p. 10.

[xiii] Id., ibid., p. 38 (grifos no original).

[xiv] Cf. HOBBSBAWM, Era dos extremos..., Op. cit., p. 150.

[xv] Cf. Id., ibid., p. 148-161.

[xvi] Em alguns países, como Portugal por exemplo, a luta contra o fascismo implicou no chamamento de uma aliança com os monarquistas.

[xvii] “Trecho principal do discurso proferido no VII Congresso Internacional Comunista pelo Delegado holandês Van Min, Membro do Conselho Executivo do Komintern e Relator dos assuntos referentes a América do Sul”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), GVC. 1935.07.25.

[xviii] “Id., ibid., p. 2-3.

[xix] Cf. HOBBSBAWM, Era dos extremos..., Op. cit., p. 162.

[xx] “Relatório de Dimitroff” (sic). CPDOC/FGV, GVC. 1935.07.25, p. 15-16.

[xxi] Cf. SENA JR., Carlos Zacarias F. Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível. 1936-1948. CEFICH/UFPE, Tese de Doutorado, 2007.

[xxii] HOBBSBAWM fala de um patriotismo de esquerda sintetizado nas frentes nacionais que “abrangiam todo o espectro político, excluindo apenas os fascistas e seus colaboradores”. HOBBSBAWM, Era dos extremos..., Op. cit., p. 138.

---

# Socialismo, barbárie ou apocalipse zumbi

Carlos Zacarias de Sena Júnior |

Esqueça tudo o que você sabe (ou acha que sabe) sobre zumbis. Deixe de lado o preconceito e ignore que o gênero nasceu de filmes B de fins dos anos 1960 tornados clássicos nas décadas seguintes. Tome coragem e se ponha diante da TV ou da tela do computador para encarar as cinco temporadas completas e a sexta que está em curso de uma das séries de maior sucesso da atualidade, e, creia: você não vai se arrepender. *The walking dead* vai lhe surpreender e lhe colocará questões que você nem imagina que fosse pensar a partir de uma série sobre zumbis trazida dos quadrinhos para a TV na virada da primeira década do século XXI.

Em verdade, como sugere Robert Kirkman, autor dos quadrinhos, produtor executivo e idealizador da série televisiva junto com Frank Darabont, *The walking dead* é sobre seres humanos e não sobre zumbis, aqueles mortos-vivos imortalizados (com o perdão do trocadilho) por George Romero em 1968 com o clássico *A noite dos mortos vivos (Night of living dead)*. Todavia, esteja preparado para rios de sangue, corpos em processo de decomposição expostos permanentemente, mortes inesperadas e “ressurreições” macabras, cabeças rolando depois de voarem alguns metros arrancadas pela espada inclemente de Michonne, personagem de Danai Gurira, e, principalmente, esteja a postos para botar os miolos para funcionar diante de inúmeros dilemas morais enfrentado pelos humanos da série.

Não há como escrever sobre uma série em sua sexta temporada sem cometer diversos *spoiler*, portanto o leitor desse artigo,

especialmente o interessado na série que ainda não se iniciou nas temporadas, deve estar preparado para isso. Caso pretenda se surpreender, é melhor largar o texto de lado, ir assistir aos capítulos e depois retornar para conferir se o que aqui está dito procede. Entretanto, tomarei o cuidado de evitar revelações muito importantes para não tirar o prazer daqueles que irão se aventurar sobre o universo dos zumbis (chamados *walkers* pelos personagens) e do grupo do policial Rick Grimes (Andrew Lincoln) na sua desesperada tentativa de sobreviver ao apocalipse zumbi.

## **A série**

*The Walking Dead* conta a história de um grupo de sobreviventes a um apocalipse de zumbis. A história se inicia nos arredores da cidade norte-americana de Atlanta, capital da Georgia, mas ganha as estradas ao longo das temporadas, especialmente em zonas rurais, sem que o telespectador saiba exatamente em que cidades ou quais caminhos os sobreviventes estão percorrendo. O grupo de humanos que protagoniza a série é bastante variado, porque os produtores e idealizadores da série não tem grande predileção por muitos dos protagonistas que tombam pelo caminho. Todavia, há um núcleo de personagens que se conforma ao longo das temporadas que é liderado pelo policial Rick Grimes. Rick dirige os sobreviventes na desesperada busca por refúgio diante das hordas de mortos-vivos que vagam em busca de carne humana. Os sobreviventes ao apocalipse, assim como o telespectador, tem conhecimentos bastante limitados sobre o que realmente está acontecendo no mundo ou sobre o que causou o que chamam de "epidemia", mas ao longo do tempo vão descobrindo, da pior forma possível, que todos estão potencialmente contaminados e qualquer um que morra está condenado a se tornar um zumbi, situação que só pode chegar a um termo com a destruição do cérebro daquele que se tornou um morto-vivo.

A série, que não poupa em mobilizar centenas, talvez, milhares de figurantes travestidos de zumbis, é fundamentalmente sobre

os dramas e dilemas que o grupo de Rick Grimes enfrenta numa situação extrema e desesperadora, com zumbis comedores de carne e grupos de humanos que perderam toda a dimensão de civilidade e todas as regras morais atuando como uma permanente ameaça a sobrevivência e integridade do grupo. A série, embora nos remeta imediatamente ao clássico de George Romero e seus sucessores, como *O despertar dos mortos*, de 1978 (*Dawn of the dead*), *Dia dos mortos*, de 1985 (*Day of the dead*) ou os inúmeros remakes dos anos seguintes feitos por muitos diretores, nos faz lembrar, também, do universo criado por José Saramago no *Ensaio sobre a cegueira*, transformado em filme homônimo de Fernando Meireles em 2008. As principais questões que se colocam na série, e que também apareceram no livro de Saramago e no filme de Meireles, dizem respeito ao que é humano: em Saramago somos convidados a refletir sobre “a responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam”, sobre a necessidade de dar a enxergar àqueles que apenas veem (ou nem isso). Em *The walking dead* somos levados a pensar em como sobreviver em um mundo cuja moralidade, civilidade e regras éticas foram ultrapassadas pela caótica realidade? Os padrões vigentes na sociedade burguesa serão mantidos? Haverá propriedade, família nuclear, hetero-normatividade e monogamia? Como enfrentar a adversidade extrema, se perfilando aos demais humanos, a um pequeno grupo ou optando pela saída individual? Como encarar os dilemas relativos ao homicídio, suicídio e nascimento? Seria lícito procriar? Como seria encarado o aborto? Seria legítimo seguir acreditando em Deus e praticando alguma religião? Enfim, há uma infinidade de questões que nos são conscientes ou inconscientemente apresentadas e nós somos convidados a refletir sobre os diversos temas.

## **O significado dos mortos-vivos no cinema e na TV**

Veja por outra o cinema e a TV ficam repletos de um tipo de filme ou de série que se multiplicam aos borbotões. A indústria cinematográfica, especialmente a hollywoodiana,



reflete a realidade, por vezes de maneira distorcida, então em tempos de crise econômica ou catarses políticas, não raro, o cinema incorpora, ainda que metaforicamente, a impossibilidade da civilização burguesa, da sociedade de consumo e do modo de produção capitalista através dos filmes de zumbis, do cinema catástrofe ou de outras modalidades de gênero. Não à toa, o gênero “terror com zumbis” surgiu em fins da década de 1960, quando os sinais da crise econômica que atingiria o planeta a partir de 1973 com o choque do petróleo pintaram a realidade e o futuro em cores sombrias. Os filmes de mortos-vivos proliferaram a partir dos anos 1970 e sobreviveram com relativo sucesso até meado dos 1980, sendo sucedidos pelas obras do cinema catástrofe, que na década de 1970 e 1980 fizeram imenso sucesso, como a série de filmes *Aeroporto* (1970, 1974, 1977, 1980), *O destino do Poseidon* (1972), *Inferno na torre* (1974), *Terremoto* (1974) e *O dia seguinte* (1984) e inúmeros outros. Não obstante, nenhum filme foi tão significativo dos medos da sociedade burguesa, medos esses transfigurados em recalques e pavores do subconsciente do indivíduo, como *Tubarão*, clássico de Steven Spielberg produzido em 1975.

Hollywood nunca permaneceu imune à realidade, muito embora a exclusão de atores negros na premiação do Oscar de 2016 possa sugerir o contrário. O fato é que a indústria reflete a realidade, às vezes de maneira inconsciente, como os gêneros e filmes aqui aludidos, às vezes de maneira consciente e ideologicamente programada, como no caso do filme *Vampiros de almas*, filme de Don Siegel de 1956, época do auge do macarthismo e da guerra fria que retratava uma invasão alienígena de seres que através de plantas replicavam os humanos, tomando sua consciência e pondo-os a favor dos intentos maléficos e não revelados dos extraterrestres. O filme ganhou um *remake* de Philip Kaufman em 1978 e outro de Abel Ferrar em 1993. No primeiro caso a atmosfera da guerra fria ainda era sentida, de modo que os invasores de corpos poderiam ser tomados como os temidos soviéticos, doutrinadores

de mentes e transformadores de corpos humanos e individualizados em robôs programados para intentos escusos. Já o remake da década de 1990, embora tendo perdido a força da referência aos temidos “comunistas”, devido a desagregação da URSS, ainda mantinha o argumento de que podemos ser alvos de doutrinação que pretende vampirizar a nossa alma e dirigir nossos corpos.

Filmes de gêneros diversos refletem a realidade, às vezes distorcidamente, às vezes de maneira rasa e direta. Neste último caso, as séries de filmes *Rambo* e *Rocky*, ambos estrelados por Sylvester Stallone, edificaram os inimigos dos norte-americanos desde os vietcongues e soviéticos nos anos 1980, sempre lembrados como inimigos irreconciliáveis, até os grupos de mercenários envolvidos nas intermináveis guerras do oriente dos tempos pós-queda do Muro de Berlim. A temática rasteira e o enredo pobre das duas séries que fizeram grande sucesso no cinema nas décadas de 1980 e 1990, não impediram que os personagens centrais se tornassem o alter ego do cidadão estadunidense médio, sendo importante objeto de teses sociológicas sobre a forma como o império representa os seus desafios e como o norte-americano médio se percebe diante dos conflitos geopolíticos que lhe são impenetráveis.

Filmes sobre zumbis, entretanto, passaram a filmografia como clássicos dos “filmes B”. Ou seja, eram películas de categoria inferior, de baixo orçamento, com o objetivo único de entreter, com razoável viabilidade comercial e que normalmente empregavam atores desconhecidos ou decadentes. Quanto a isso, *The walking dead* em nada lembra as produções de “filmes B” da indústria cinematográfica, muito ao contrário. Também embora seja entretenimento garantido, *The walking dead* não é diversão fácil, posto que seus personagens complexos, seus temas espinhosos, sua atmosfera sombria e sua distopia apocalíptica são um convite a reflexão e a busca de alternativas.

## **Dilemas morais**

A temática central de *The walking dead* tem a ver com zumbis, mas é sobre o grupo de humanos que se colocam as principais questões. Considerando que os zumbis são apenas a carne podre de uma humanidade que deixou de ser humana, ou seja, na medida em que se tornam mortos-vivos os indivíduos não são mais portadores de qualquer humanidade, pois não têm memórias, valores, referências. São apenas movidos pelo desejo irascível e instintivo de morder carne fresca, sem medir esforços ou temer perigos. Neste sentido, matar um zumbi não é apenas uma obrigação moral diante do ser que perdeu a humanidade e que necessita de compaixão para gozar do merecido descanso, é dever de sobrevivência de quem espera passar incólume diante das hordas famintas. Não obstante, se parece fácil matar um zumbi desconhecido, como lidar com entes queridos que foram transformados em mortos-vivos? Deve-se cravar uma faca ou enfiar uma bala no crânio de um ser que ainda guarda a aparência de seu pai, mãe, irmão, filho ou esposa? Ou deve-se preservar aquele ser bizarro a salvo, de modo a aguardar uma improvável cura para a “epidemia”? Como lidar com crianças que foram transformadas em zumbis? Será que se deve ter a mesma inclemência que se observa diante de mortos-vivos adultos e ameaçadores?

*The walking dead* aborda os dilemas morais com maestria, mas não faz concessões ou estabelece meios-termos diante de questões tão profundas que se tornam questão de vida ou morte para os personagens. Tanto que no primeiro episódio da série “Dias passados” (“*Days gone bye*”), após acordar do coma e encontrar o hospital revirado, Rick Grimes toma pé da nova realidade que o cerca e da ameaça persistente. Após se vestir novamente de policial, Grimes se depara com uma criança zumbi numa das cenas mais fortes da primeira temporada, após se espantar com o inusitado de uma menina que se agacha para pegar um brinquedo de pelúcia e depois se revela uma zumbi, Grimes mira com seu 38 o crânio do pequeno ser e lhe mete uma bala na cabeça. Situações deste tipo, que é a primeira cena da série, serão comuns nas temporadas seguintes e essa cena é

apenas um aviso que sobreviver ao apocalipse zumbi não é para os fracos, assim como atravessar as temporadas também não é para corações mais frágeis e emotivos.

Na segunda temporada o tema retratado acima volta ainda com mais força, visto que a criança que se torna zumbi não é mais uma estranha, mas sim a filha de uma das protagonistas, Carol Peletier, interpretado pela atriz Mellissa McBride. Desde a primeira temporada somos tomados de grande empatia pela personagem Carol, na medida em que entendemos seu drama diante de um marido machista e violento. Este não demora muito na história e Carol segue na sua nova vida de “viúva” criando a única filha Sophia (Madison Lintz) que se desgarra do grupo numa situação de perseguição por zumbis para reaparecer no episódio 7, “Praticamente morto” (*“Pretty much dead already”*) transformada num zumbi e preservada num celeiro pelo fazendeiro Hershel, patriarca de uma família que se junta ao grupo de Grimes na segunda temporada. Ao ser descoberta junto com mais de uma dezenas de zumbis que eram guardados por Hershel por compaixão e para uma possível futura cura, depois da fuzilaria de todo o grupo diante dos zumbis que vão saindo do celeiro, Sophia, que até então permanecia desaparecida, reaparece transformada em zumbi numa das cenas mais chocantes e pungentes de toda a série. Então parte para cima do grupo com a fome de uma pequena zumbi. Diante dela, apesar do desespero de Carol, sua mãe, que corre aos prantos na direção de sua filha até ser detida por Daryl (Norman Reedus), apesar dos conflitos entre Rick e Shane (Jon Bernthal), policial parceiro de Rick e principal antagonista do herói nas duas primeiras temporadas, Sophia tem o destino de todos os zumbis e perece pela segunda vez com uma bala alojada na cabeça disparada por Rick Grimes.

O dilema enfrentado por Rick Grimes, que age como líder do grupo, não se resume à situação limite relatada. Há diversos outros dilemas que perpassam a história e atravessam as temporadas com soluções improváveis. A começar pelo triângulo

amoroso surgido na primeira temporada, quando Shane assume uma relação com Lori Grimes (Sarah Wayne Callies), então esposa de Rick, enquanto este permanecia em coma e ninguém mais sabia seu paradeiro depois do apocalipse zumbi. Rick e Lori se reencontram para juntar toda a família que tem ainda o pequeno Carl Grimes (Chandler Grimes), filho do casal. Mas o que seria uma família depois de os zumbis tomarem conta do pedaço? Haveria espaço para a monogamia e para uma família nuclear? A resposta não parece fácil, já que não se pode criar um ser humano novo da noite para o dia e os personagens, por coerência da série e competência dos criadores, vão se descobrindo outros seres, com outra moral ao longo do tempo. Ainda assim a família é preservada e o triângulo amoroso vai se desfazendo a partir da escolha de Lori que termina por ficar grávida, tendo dúvidas quanto a paternidade do bebê.

Outros dilemas morais desfilam pela tela da TV ao longo das cinco temporadas, mas desde os primeiros momentos somos desafiados a pensar sobre o sexo, desejo, propriedade, família, aborto, suicídio, e homicídio. Quanto a este último tema, seria moral matar um ser humano que nos aparece como uma ameaça? Como educar uma criança nos marcos do mundo pós-apocalíptico? Seria correto ensinar-lhe a matar?

### **Que fazer?**

*The walking dead* propõe questões de grande importância para quem quer que se importe com o mundo e principalmente para os que lutam pela sua transformação. Não por acaso, o sucesso da série já ensejou trabalhos filosóficos, como o livro *The walking dead e a filosofia*, publicado no Brasil em 2013.[\[1\]](#) Ainda, para os marxistas, há algumas questões que chamam atenção na série, pois se relacionam ao papel assumido pelo grupo de Rick Grimes, a importância da sua liderança, as dimensões do centralismo e da democracia, o papel e dimensão do indivíduo e da subjetividade na história que ensejam muita discussão e debate em sucessivos episódios.

Nas três primeiras temporadas há hesitações, disputas e tergiversações que ocorrem em função do papel de liderança que é assumido por Grimes. De certo que o policial não estava exatamente talhado para assumir tal papel diante de uma situação como a que ocorre na série. Paulatinamente, entretanto, vai tomando os desafios como sua responsabilidade e vai ganhando respeitabilidade e confiança do grupo. Isso porque exerce a liderança com sensatez, paciência, sabedoria e autoridade. Também se dispõe a assumir tarefas que a maioria hesita ou não parece apta a cumprir. O primeiro grande desafio enfrentado por Grimes é a disputa pela direção do grupo que trava com Shane nas duas primeiras temporadas. O parceiro de Rick, apesar do importante papel que havia cumprido na manutenção da coesão dos sobreviventes nos primeiros momentos pós-apocalipse, mostra-se um líder incapaz, tirânico, demasiado truculento. Diante da ascensão de Rick, ao lado da disputa amorosa, sente-se ameaçado e tenta desacreditar na capacidade de direção do parceiro. Shane desconfia e desdenha publicamente da liderança de Grimes, que é percebida como bastante frouxa e hesitante por Shane. No final das contas, Shane caminha para um beco sem saída quando, incapaz de se por à altura de Rick em importância e ascendência diante do grupo, inicia um processo de degeneração da sanidade mental, ficando praticamente incontrolável. O conflito entre os dois chega ao fim no penúltimo episódio da segunda temporada, intitulado "Melhores amigos" ("*Better angels*"), quando Rick mata Shane após uma luta corporal e após este dizer que era melhor pai para Carl e melhor marido para Lori.

Na terceira temporada a liderança de Rick Grimes se afirma, ainda que, vez por outra, ele se sinta incapaz ou seja desafiado pelos demais membros do grupo a assumir cada vez mais responsabilidades. Pelo desenrolar da história, percebe-se claramente a forma como os idealizadores da história pretenderam complexificar o personagem principal de *The walking dead*. Ao desenvolver os dramas, conflitos e dilemas da personalidade de Grimes, algo que se agiganta diante da imensa

responsabilidade que a liderança lhe impõe, os autores criaram um dos mais importantes fios condutores da narrativa.

Para os que descreem nas vanguardas, costumo brincar dizendo que eu também não acredito em vanguardas, mas que elas existem, existem. Costumo citar que até mesmo no programa televisivo Big Brother Brasil é possível perceber a liderança depois de uma ou duas semanas de confinamento. Ou seja, as lideranças e vanguardas são necessárias e indispensáveis aos agrupamentos humanos e *The walking dead* desenvolve esse tema com maestria. Da mesma forma pode-se perceber como centralismo e democracia se combinam, redundando em coesão, em meio ao conflito e a cooperação, também indispensáveis na edificação das direções. Quanto a este tema, ante a principal ameaça humana à existência do grupo representada pelo Governador (David Morrisen), uma figura sinistra que dirigia a comunidade aparentemente saudável de Woodbury, Rick não hesitou em nenhum momento em baixar o centralismo e a “ordem-unida” quando seu grupo esteve prestes a se desfazer. Da mesma forma, quando parte do grupo foi aprisionado em Terminus, uma vã promessa de acolhimento e vida digna, Grimes proferiu a frase: “Eles mexeram com as pessoas erradas!”. Ou seja, diante das ameaças e da hostilidade do entorno, manter um grupo unido e coeso é tarefa das mais difíceis e é aí que se sobressaem as verdadeiras lideranças que são as partes principais das vanguardas. Com efeito, não apenas Rick Grimes é uma liderança política e organizativa fundamental, mas há outros personagens que se destacam pelo seu papel no grupo, como Michonne, que tem uma destreza impressionante com a espada e é capaz de solucionar conflitos e estabelecer pontes, Glen (Steven Yeun), que tem grande capacidade organizativa e espírito de corpo, Carol, que depois da morte do marido e da filha vai se revelar uma das peças mais importantes do grupo, tomando decisões difíceis e arriscadas e arcando com as sanções com a sabedoria de quem virá depois a compor com Grimes a melhor dupla de direção, e Daryl, que é o componente militar do grupo e capaz de executar tarefas como poucos, com imenso senso de

disciplina, grande coragem e desprendimento. São essas qualidades que fazem do grupo de Rick Grimes aquilo que de melhor a humanidade foi capaz de produzir no pós-apocalipse zumbi e é nesse grupo de depositamos nossas esperanças de futuro.

## **A moral deles e a nossa**

*The walking dead* também não teme tocar em outros temas espinhosos, como o racismo, por exemplo. Há vários personagens negros de grande importância que se sucedem na trama, como Michonne, T-Dog (Irene Singleton), Sasha (Sonequa Martin-Grenn), Tyreese (Chad Coleman) e na última temporada, Morgan Jones (Lennie James) que dá sinais de que vai rivalizar com Rick pela liderança do grupo em função do seu espírito pacifista que discorda dos métodos que lhe parecem excessivamente belicosos de Grimes que em muitas situações precisou matar seres humanos para preservar seu grupo e também a humanidade.

Na primeira temporada o racismo aparece em cores vivas na cidade sulista de Atlanta, capital da Georgia, quando Merle Dixon, personagem de Michael Rooker, irmão de Daryl, ao ser desafiado por T-Dog, ou Theodore Douglas, quanto as opções de fuga lhe dirige improperios racistas e lhe agride brutalmente até ser impedido por Rick, que termina lhe algemando no encanamento do terraço de uma loja de departamentos que está cercada por zumbis. Acidentalmente, T-Dog deixa cair a chave das algemas e o grupo bate em retirada, deixando o racista Merle preso e a mercê dos zumbis que avançam e ameaçam derrubar a porta que os separa do irmão de Daryl. A cena é incômoda, tanto pelo racismo quanto pela solução que é oferecida ao telespectador, mas não há meio-termo na opção dos autores da série, pois a punição de Merle pelo crime de racismo é quase a imposição da pena capital.

Depois vamos reencontrar Merle e descobriremos que ele escapou



amputando a própria mão. A atitude corretiva aplicada por Rick e T-Dog parece não ter surtido muito efeito, pelo que se pode ver nas sequências em que Merle aparece alinhado ao Governador. Mas o fato de que seu irmão Daryl é um dedicado membro do grupo que termina por contornar suas diferenças com Rick para vir a ocupar um papel-chave no coletivo e na trama demonstra que não há determinismo cultural, genético ou geográfico que faça com que alguém seja racista após crescer numa sociedade racista. Com efeito, Daryl, tendo passado pelas mesmas dificuldades do irmão e tendo crescido nas mesmas condições de idiotia que a vida rural num estado sulista dos estados Unidos proporciona, superou suas limitações e se tornou um homem melhor.

Se o racismo vai aparecer de forma incômoda em muitos episódios, o machismo também aparece e traz os mesmos traços de desconforto. Neste aspecto, o telespectador se reconforta quando Ed Peletier (Adam Monarovich), o marido machista e agressivo de Carol, que vez por outra a espanca, é mordido por zumbis. Da mesma forma, grupos hostis de humanos que não respeitam as regras de humanidade e civilidade que vão sendo estabelecidas no mundo pós-apocalíptico, também são retratados com extrema antipatia, pois se é necessário se criar novas regras pós-civilização burguesa, mesmo diante do caos e da barbárie, tais regras precisam levar em conta as necessidades dos indivíduos e as possibilidades de cada um.

*The walking dead* é uma série triste, porque a distopia é um elemento predominante e a solidão das multidões de *walkers* (andarilhos, caminhantes ou simplesmente zumbis na tradução mais conhecida no Brasil) não deixa de lembrar a solidão do mundo contemporâneo sob a égide do capital que aliena e atomiza o indivíduo. No que se refere a dimensão distópica da fantasia apocalíptica da série, não há como deixar de imaginar o quão desesperador seria o mundo dominado por seres sedentos de carne humana, um mundo sem governo, leis, ou regras mínimas de civilidade. Ainda assim é possível extrair esperança do

quadro desolador que se vê em *The walking dead*, pois na série encontramos solidariedade, cooperação, amor fraterno e sensual entre indivíduos do sexo oposto e do mesmo sexo, organização e luta pela sobrevivência e por um mundo melhor. Posto que a humanidade só se coloca problemas que é capaz de resolver, o grupo de Rick Grimes é a expressão da sociedade futura, o embrião de um tempo novo, de uma nova humanidade dialeticamente superior a humanidade apossada pelo apocalipse zumbi e também pela civilização burguesa.

Os humanos sobreviventes do grupo que protagoniza a série, que poderia ser tomado como uma espécie de partido, com suas fronteiras, seus membros e seu programa em permanente (re)elaboração podem não saber, mas a solução para a epidemia se resume à máxima conhecida desde o início do século XX: socialismo ou barbárie!

[i] ROBICHAUD, Christopher (Org.). *The walking dead e a filosofia. Espingarda. Revólver, Razão*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

---

## Por uma educação emancipadora: Eu confesso!

**Carlos Zacarias de Sena Júnior\***

Fim de período letivo na UFBA e resolvi confessar: durante duas décadas fui um doutrinador de mentes inocentes! Nas minhas aulas de História, assediei alunos com minha ladainha marxista. Falei de luta de classes, de revolução. Condenei a inquisição, maldisse a Santa Madre Igreja, defenestrei a escravidão e apontei a colonização e a dependência como nossos maiores males. Jactei-me com a Revolução Russa, amei os

soviéticos e o poder nas mãos dos trabalhadores. Considerei Lenin um dos maiores líderes do século XX e Trotsky seu legítimo sucessor destronado pela burocracia. Convenci meus alunos que entre fascistas e comunistas, os primeiros eram os vilões e, não satisfeito, falei mal do capitalismo, mesmo vivendo as delícias do mundo burguês. Tive como alvos o que equivocadamente chamava de ditadura, especialmente o benevolente Estado Novo e a ditabranda que os militares e homens de bem implantaram no Brasil em 1964.

Espero que meus alunos me perdoem, que parem de me seguir nas redes sociais, que não curtam mais meus textos, especialmente aqueles que publiquei antes dessa confissão. Esqueçam o que eu escrevi e, principalmente, o que eu falei, porque eu era um viciado em doutrinação e me inspirava naquele barbudo do século XIX, do qual nem ousa falar o nome.

Nos últimos tempos eu andava tão degenerado que achava que as mulheres, os negros e os trabalhadores tinham sido vítimas seculares de todas as formas de opressão e exploração! Evitava palavras que pudessem ser interpretadas como racistas, e por defender as “ideologias de gênero” (oh, céus!) admitia chamar alunos com nomes de mulheres e alunas com nomes de homens, quando era solicitado a agir assim. É claro que nunca ria com piadas de negros, gays ou mulheres. Estava tão perdido que passei a cozinhar, lavar a louça, varrer a casa e cuidar dos filhos, mesmo sendo casado (com uma ex-aluna!), pode?

Mas agora eu encontrei o caminho. Conheci o movimento “Escola sem Partido” e o Projeto de Lei 1411/2015, do deputado Rogério Marinho (PSDB), que tipifica o crime por mim cometido e agora confessado. Entendo que o deputado, apesar de ser de um partido, deve odiar os partidos e por isso quer por ordem na casa (quero dizer, por ordem no país, que está uma bagunça, eu admito). Ao estabelecer como assédio ideológico “toda a prática que condicione o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento causado por outrem”, o deputado está,

de fato, pensando em um futuro saudável para os nossos jovens, que devem se ver livres da doutrinação e dos doutrinadores como eu.

Logo eu que cresci nos anos 1970 torcendo para a Seleção Brasileira; eu que fui batizado, fiz a primeira comunhão e ainda cursei as disciplinas de EMC e OSPB depois de cantar o Hino Nacional antes das aulas; eu que rezei todas as noites e pedi o bem dos nossos zelosos governantes dos tempos da Redentora. Em que ponto foi mesmo que eu me tornei um pervertido ideológico?

\* Texto publicado originalmente no jornal “A tarde” de 30/11/2015.

---

## **A política do PCB nos anos 1930 e 1940**

**Carlos Zacarias de Sena Júnior**

Eram 10 horas da manhã do dia 18 de abril de 1945 quando Luiz Carlos Prestes recebeu a notícia sobre a assinatura da anistia. Segundo relatos dos jornais da época, o dirigente comunista permaneceu sereno, mantendo-se imperturbável diante dos camaradas que estavam presentes à sua cela enquanto aguardava a esperada notícia. Após passar nove anos preso, a maior parte deles incomunicável, Prestes começou a reunir seus objetos pessoais e seus inúmeros livros, a maioria enviados do estrangeiro. No claustro em que se encontrava na antiga Casa de Correção do Rio de Janeiro, além dos seus pertences, o líder do Partido Comunista do Brasil (PCB) dispunha de uma secretária cheia de papéis onde fazia suas anotações. [\[1\]](#)

A década de 1930 havia sido intensa de experiências e derrotas. Em 1935, como dirigente do PCB, Prestes liderou o heroico, porém fracassado, levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que culminou na sua prisão e de algumas centenas de militantes e dirigentes comunistas e também aliancistas. Quando da sua libertação em 1945, frente aos jornalistas, o líder comunista educadamente deixou-se fotografar e fez declarações afirmando que, de sua parte, estava “disposto a esquecer”, pois “anistia é esquecimento”.[\[ii\]](#) Em seguida, dirigiu-se à casa de um camarada com o objetivo claro de novamente fazer a história.

Luiz Carlos Prestes tinha 47 anos de idade quando a anistia foi decretada por Vargas em 1945. Era um homem suficientemente maduro para enfrentar os desafios que lhe seriam colocados pela história e pelos novos tempos de redemocratização. Seu partido, o PCB, tinha experimentado um importante crescimento nos anos 1920. Não obstante, com a crise do obreirismo de fins da década, crise provocada pela intervenção da Internacional Comunista (IC) como desdobramento da linha esquerdista conhecida como “terceiro período”, o PCB havia substituído a velha direção de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, que foram sucedidos por militantes pouco experientes que apenas pelo fato de serem operários, foram levados à cabeça do partido. Dessa crise do PCB adveio outra, pois a entrada de muitos militares egressos do chamado tenentismo, inclusive o próprio Prestes, não foi mediada pela tradição comunista gestada ao longo da primeira década de existência do partido, o que culminou nos levantes de 1935 que em larga medida repetiam as revoltas de 1922 e 1924.[\[iii\]](#)

Ainda antes de ingressar no Partido Comunista do Brasil, Prestes já era conhecido como Cavaleiro da Esperança em função da lendária Coluna que percorreu o Brasil entre 1925/27. Após caminhar por 25 mil km se enfrentando com forças da ordem e jagunços de toda a espécie, a Coluna Prestes partiu para o exílio em 1927, sem sofrer derrota, mas sem obter nenhum tipo

de vitória mais substantiva. Exilado na Bolívia e depois na Argentina, Prestes se iniciou no marxismo em fins dos anos 1920, quando teve contato com vários dirigentes do PCB. Era a época da ascensão e consolidação da ditadura stalinista na URSS. Em 1931, Prestes seguiu para Moscou e permaneceu até 1934, nos anos tumultuados de conclusão do primeiro Plano Quinquenal, de afirmação do “socialismo num só país” e de intensa perseguição aos opositores e dissidentes do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), um prenúncio dos famosos Processos. Ainda em 1934, por imposição da Internacional Comunista (IC) através do todo poderoso Dimitri Manuilsky, o ex-líder tenentista ingressou no PCB quando este partido já desconfiava de si mesmo, por conta e dos que eram visto como “intelectuais” e “pequeno-burgueses” que o haviam dirigido.

De regresso ao Brasil em 1935, Prestes liderou o fracassado levante contra o governo de Getúlio Vargas, vindo a passar nove anos encarcerado pela ditadura varguista do Estado Novo. Mesmo vivendo a tragédia de ter tido sua companheira Olga Benário entregue aos nazistas, Prestes sai da prisão em 1945 para apoiar Vargas, dizendo que os interesses do povo brasileiro estavam acima de suas tragédias pessoais. Quais os motivos dessa política? O que estava em jogo na política do PCB nos anos 1930 e 1940? Qual a estratégia e a tática adotada naqueles anos?

### **O caminho do fracasso**

A insurreição de 1935, que levantou quartéis em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro, com uma pouco expressiva participação popular, deu-se no contexto da transição ente duas linhas políticas formuladas pela Internacional Comunista. Após o fracasso da linha do “terceiro período”, definida no VI Congresso em 1928, a IC aprovou a política de Frentes Populares no VII Congresso, em 1935. Conformando um zigzague entre o esquerdismo e o direitismo, a partir de 1935 os comunistas passaram a entender que deveriam se aliar com aquilo que chamavam de campo progressista dos seus países,

incluindo as burguesias, para combaterem o inimigo maior, o fascismo. Em pouco tempo a política de Frentes Populares se alargou convertendo-se em frentes antifascistas mais amplas.

Também chamadas de Frente Nacional ou União Nacional, caracterizando o campismo que punha de um lado todos os que se dispusessem a lutar contra os fascistas, a nova política frentista transcendia a política de frente única elaborada por Lenin e por Trotsky no III Congresso da IC, de 1921. Diferentemente da frente única, que era uma política a ser adotada entre as organizações do movimento operário, a frente popular e a frente nacional eram uma tática interclassista, que caracterizaria a compreensão de que, na luta de classes, campos progressistas poderiam se formar com a burguesia e o proletariado juntos contra um suposto mal maior.

No Brasil, o PCB veio a aplicar a linha de Frente Popular em toda a sua extensão após a publicação do documento “A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes”, de dezembro de 1936. No documento, assinado pelo *Bureau* Político (BP) do PCB, liderado por Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), os comunistas entendiam como “esquerdista” e “sectária” a linha praticada com a ANL que ainda continha resquícios da linha do “terceiro período”, especialmente porque não se considerava que a “frente nacional unificada” deveria ser um “bloco de classes” contra o imperialismo, “o inimigo nº 1 do povo brasileiro”. Tais equívocos adviriam “de uma posição falsa com referência à *burguesia nacional* motivada pela velha incompreensão sobre as forças motrizes e o caráter da Revolução Brasileira”. Assim, o PCB deveria atuar no interior da ANL, junto às “classes aliadas”, não impondo uma “hegemonia antecipada” às classes aliadas, especialmente à burguesia, mas “buscando conquistá-la no curso das lutas”. O PCB considerava que o país era “semicolonial”, “semiescravagista” e “semifeudal”, de maneira que os comunistas deveriam combater o atraso do país e “o governo de traição nacional de Getúlio Vargas” se aliando aos setores progressistas da burguesia para

fazer avançar a revolução democrático-burguesa e de libertação nacional. [\[iv\]](#)

Ainda muito próximos cronologicamente dos levantes de 1935 e de toda a repressão que o sucedeu (e que também o antecedeu), os comunistas inflexionaram sua linha sem, contudo, alterarem a caracterização do governo de Getúlio Vargas que consideravam como avançando rapidamente pela “estrada do fascismo”. Tal caracterização se aprofundou com a decretação do Estado Novo em novembro de 1937, situação em que os comunistas foram acusados de conspirarem novamente contra a nação através do Plano Cohen, pretexto para o fechamento do regime. Não obstante, Vargas também se livrou dos integralistas, pondo a Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado, na ilegalidade e derrotando um levante em 11 de março de 1938, obtendo aplausos do PCB.

Atentos aos acontecimentos e ciosos por formarem a aliança com a *burguesia nacional*, aqui entendida como uma burguesia com contradições ante o imperialismo, os comunistas viram na atitude de Getúlio um alento e um traço de progressismo aprofundado com a nomeação de Oswaldo Aranha para o ministério das Relações Exteriores ainda em 1938. Com efeito, após debelarem uma crise interna que culminou na expulsão do grupo liderado por Hermínio Sachetta, acusado de trotskista, o *Bureau* Político do PCB publicou o documento “União Nacional pela Democracia e pela Paz”, onde se admitia, pela primeira vez, que os comunistas estavam dispostos a lutar “*ombro a ombro, por cima de qualquer divergência, com todas as forças nacionais, inclusive com o Sr. Getúlio Vargas, se este se dispuser, como é do seu dever, a se opor à investida do fascismo*”.

Preso e com comunicação limitada com o mundo exterior (“incomunicável” na linguagem dos comunistas), inicialmente Prestes reluta em aceitar a inflexão promovida pelo PCB em torno da bandeira de União Nacional que admitia o apoio a Vargas. Em seguida o Cavaleiro da Esperança passa a exortar a



União Nacional em torno de Getúlio através de cartas dirigidas ao integralista e antigo conhecido dos tempos do tenentismo, Severo Fournier. Ainda em 1938, Prestes se dizia disposto a apoiar o governo de Getúlio “ou qualquer outro” que se dispusesse a cumprir um programa centrado em três pontos: *democracia, nacionalismo e bem estar do povo*. O dirigente do PCB defende a unidade nacional “acima dos homens e dos partidos” mirando os objetivos estratégicos dos comunistas.

*Aqui o essencial, no momento, é romper todos os freios que estão impedindo o nosso desenvolvimento capitalista, implantando democracia de verdade, pela primeira vez, em nossa Pátria, e dando um impulso ao seu progresso econômico e à cultura de nosso povo. Nós comunistas, dizemos, por isso, que a Revolução brasileira está, atualmente, em sua etapa democrático-burguesa. [...] E é por isso que no Brasil de hoje, só são adversários conscientes da democracia os grandes fazendeiros mais reacionários, que querem impedir o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola, e os agentes do capital financeiro, dos grandes banqueiros estrangeiros, em particular, no momento o imperialismo mais reacionário, o imperialismo fascista.* [1]

Em verdade tanto para Prestes como para o PCB o que estava em jogo eram as tarefas *democráticas da revolução brasileira*, de maneira que os comunistas terminariam por flexibilizar ao máximo sua tática, optando por defender o desenvolvimento do capitalismo em bases “democráticas” contra os “agentes do imperialismo” e da reação no país, o que permitiria, inclusive, o apoio a Getúlio.

*Ora, ante a alternativa de apoiar Getúlio e a de assistir de braços cruzados a uma aventura que nos poderá levar ao terror fascista e à invasão estrangeira, nenhum democrata poderia vacilar. Ante qualquer ameaça fascista, nós, aliancistas, procuraremos sempre, o outro lado da barricada e apoiaremos Getúlio se ele também estiver do nosso lado.* [2]

Mas faltava um detalhe: até, pelo menos, 1942/43, o Brasil ainda era uma ditadura simpatizante do fascismo e com características proto-fascistas.

Os obstáculos foram plenamente removidos entre 1941 e 1943, após a invasão da URSS pela Alemanha, em junho de 1941, depois dos ataques à base estadunidense de *Pearl Harbour* em dezembro do mesmo ano, e quando o Brasil decretou o estado de guerra contra o Eixo, em agosto de 1942. Após grande pressão popular causada pelo afundamento de vários navios brasileiros por submarinos alemães, o que provocou a morte de mais de 700 pessoas, o Brasil se perfilou com a URSS e os EUA na guerra contra a Alemanha, favorecendo a política de aproximação dos comunistas com Getúlio anunciada desde 1938.

### **Os comunistas defendem a democracia...**

Ao longo dos nove anos em que passou preso, o mundo tinha se transformado profundamente. Os nazistas haviam sido derrotados, mas o fascismo jamais desapareceria do mundo. A Internacional Comunista também havia sido extinta em 1943 por decisão de Stalin, que queria dar demonstrações ao Ocidente de que pretendia conviver pacificamente.

A partir do fracasso do levante de 1935, a escalada repressiva no Brasil se acentuou e em 1937 Getúlio Vargas decretou o Estado Novo.[\[3\]](#) Há bastantes controvérsias sobre a natureza deste regime, mas os comunistas logo o caracterizaram como fascista. Se não era fascismo típico, o Estado Novo brasileiro, como de resto muitas das ditaduras inauguradas pelo mundo nas décadas de 1920 e 1930, comportou inúmeras características que se poderiam dizer “fascistizantes”, o que permitiria chama-lo de “fascismo genérico” ou “proto-fascismo”.

O Estado Novo brasileiro começou a ruir a partir de 1942, quando Getúlio Vargas se viu obrigado a reposicionar o Brasil no plano internacional após as imensas pressões do governo

estadunidense que queria o gigante do sul como aliado na guerra. Também pelo fato de que navios brasileiros foram afundados por submarinos alemães, gerando imensa comoção popular e grandes manifestações de massa, o governo brasileiro foi obrigado a inflexionar sua política. Neste processo, ainda na ilegalidade e com boa parte dos seus dirigentes presos, o PCB experimentou sair do ostracismo paulatinamente, já que sua cultura política de um partido talhado na adversidade, lhe permitiu ocupar lugares privilegiados no ascenso que iniciava.[\[4\]](#)

A deterioração do Estado Novo foi gradual, com Vargas inflexionando suas antigas posições em direção aos trabalhadores, a quem dirigia acenos significativos com a implantação da legislação trabalhista, que veio a culminar na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, reconhecimento político e controle estrito a partir dos sindicatos oficiais. Com promessas de democracia e de eleições livres, em 1945 o Estado Novo tinha os dias contados. Através do Ato Adicional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, eleições presidenciais e para a uma Assembleia Nacional Constituinte foram marcadas e o pluripartidarismo estava a caminho, inclusive com a legalidade do PCB, após 18 anos de clandestinidade. No plano externo, a guerra contra o nazifascismo estava muito próxima de ser vencida pelos Aliados, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, países aos quais o Brasil havia se juntado com tropas em 1944.

### **...mas desarmam os trabalhadores**

O Brasil e o mundo já não eram mais os mesmos em meados dos anos 1940, de maneira que Prestes foi eleito secretário-geral do PCB na II Conferência do partido, a famosa Conferência da Mantiqueira mesmo ausente ao encontro ocorrido em 1943. Com imensos desafios pela frente, Prestes devia dirigir o partido no processo de reorganização, com a tarefa prioritária de unificar os comunistas em torno da bandeira de União Nacional que implicava no apoio a Vargas. O segundo desafio de Prestes

dizia respeito à necessidade de conduzir o PCB à liderança do processo de transformação do Brasil rumo à revolução democrático-burguesa defendida pelos comunistas, que entendiam que o país era feudal. Por último, e não menos importante, Prestes devia lutar pela efetivação da democracia política e pela consolidação da influência de massas conquistada pelo PCB ainda no curso das lutas contra o fascismo que haviam mobilizado milhões de pessoas por todo o país. Frente ao desafio tático-estratégico e àquele de caráter prático, Prestes encontraria um país e um mundo convulsionados, onde as forças da revolução e da contrarrevolução novamente travavam um duelo de vida ou morte.

Não obstante, o PCB, como de resto todos os partidos comunistas que existiam no mundo, não estavam interessados na revolução ou na transição ao socialismo como haviam ensinado os bolcheviques. Nos anos 1940, guiados por Stalin, o “organizador de derrotas”, os comunistas estavam interessados em defender a “pátria do socialismo”, por isso abdicavam de sua independência e mesmo diante de uma situação objetiva favorável, não estavam dispostos a dirigir os trabalhadores no justo caminho das lutas para a superação da sociedade de classes.

Por isso não surpreende que ao sair da prisão em 1945 Prestes tenha vindo ao encontro do seu partido liderar o apoio a Vargas, pedir “ordem e tranquilidade”, recomendar que os trabalhadores apertassem os cintos, tudo isso com o propósito de afirmar sua estratégia democrática, cuja tática para o Brasil em fins de 1945 girava em torno da consigna de “Constituinte com Getúlio”. Tal posição, muito criticada posteriormente pelos próprios comunistas, e também bastante incompreendida pela historiografia, não conseguia explicar o porquê de o velho líder deixar de lado as suas desavenças pessoais para apoiar seu maior alçoz, simplesmente o homem que entregou sua companheira, a judia alemã Olga Benário, que estava grávida, aos nazistas. Para Prestes, contudo, o que

estava em jogo era algo mais importante do que suas próprias tragédias, como diria depois em várias circunstâncias. O que estava em jogo era a dimensão estratégica que o PCB atribuía à revolução brasileira, dimensão essa que se comprovaria errada, desencadeando sucessivos erros táticos e os inúmeros fracassos colhidos nas décadas seguintes. Era também parte da sua fidelidade à “pátria do socialismo” e ao seu líder, Stalin.

Em sua visão etapista, Prestes e o PCB acreditavam que a revolução brasileira estava condenada a ser democrática, portanto burguesa, em sua primeira etapa. Dessa maneira os comunistas perseguiram a todo custo uma aliança com Vargas e com o que acreditavam ser a *burguesia nacional*, decretando sua capitulação e ruína política ao longo de vários anos, desarmando os trabalhadores diante dos desafios colocados e levando-se a confiar cegamente na democracia, que no final das contas, lhe puxou o tapete sob os pés.

---

[1] PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947, p. 30 (grifos nossos).

[2] PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947, p. 32 (grifos nossos).

[3] Sobre os levantes de 1935 o melhor livro é o de VIANNA, Marly Gomes. *Revolucionários de 1935. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

[4] Para uma discussão em profundidade desse período na vida do PCB, veja-se SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

[i] O nome oficial do PCB permaneceu sendo Partido Comunista do Brasil até 1961. Nesta ocasião, vivendo a expectativa de retornar à legalidade, o que terminou não se consumando, o PCB

alterou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, sigla PCB, como forma de tentar convencer as autoridades e a Justiça brasileira que não era uma sessão nacional de alguma organização internacional.

[[i](#)] “A libertação de Luiz Carlos Prestes”. Jornal *A Tarde*, Salvador, 19 de abril de 1945. Setor de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB).

[[ii](#)] As revoltas de 1922 e 1924 foram fruto do desespero dos setores médios da sociedade frente aos desmandos das oligarquias que governaram o país desde inícios da República. A revolta de 1924, foi a que deu origem as Colunas gaúcha e paulista, respectivamente chamadas de Coluna Prestes e Miguel Costa que se reuniram em Foz do Iguaçu ainda em 1924, seguindo unificada para percorrer o país.

[[iii](#)] SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia*, Op. cit. p. 39-47.

---

## [0 espelho distorcido das eleições: processos políticos e conflitos sociais no Brasil na última década e meia](#)

**Carlos Zacarias de Sena Júnior\***

Nos últimos meses um importante fenômeno, há tempos recolhido e pouco ativo na nossa política recente, voltou a ressurgir. A ocupação das ruas da parte de setores da direita tradicional

acentua uma tendência com interfaces nas últimas eleições, mas que, em perspectiva histórica, só muito excepcionalmente transcende os limites das instituições e o jogo eleitoral. Considerando não ser do ordinário das disputas eleitorais no Brasil uma permanência da polarização para muito além dos pleitos, o que estaria acontecendo na conjuntura política do nosso país? De que forma podemos identificar os resultados eleitorais como reflexos, diretos ou distorcidos, das disputas efetivamente travadas no âmbito da sociedade de classes? Haveria uma mudança efetiva na correlação de forças no país que aponta para um avanço das direitas tradicionais e seus setores golpistas, ou pode-se deduzir que as sucessivas vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT) significam que há um ascenso institucional do campo dos explorados e oprimidos?

Em que pese que o PT novamente ganhou as eleições majoritária realizadas no Brasil em 2014, o país que saiu das urnas assistiu a um avanço importante das forças conservadoras refletida naquilo que se chama de bancada BBB (Bíblia, Bala e Boi), ligada aos evangélicos e ao fundamentalismo cristão, aos setores armamentistas e militaristas e aos latifundiários e agronegociantes. Poder-se-ia dizer que, pela composição atual do Congresso Nacional, o PT ganhou, ainda que por um pequeno percentual de diferença, mas não levou, haja vista que precisará aprofundar ainda mais a linha política de conciliação que vem praticando há mais de uma década. A sociedade, entretanto, pareceu endossar pautas mais diretamente conservadoras ao eleger contrapontos importantes às políticas que podem ser tomadas por progressistas encampadas pelo partido que governa o país desde 2002, especialmente quanto aos programas de renda mínima, como o bolsa família e assemelhados.

Por paradoxal que possa parecer, a eleição de uma bancada de perfil mais conservador para o Congresso Nacional pode não significar exatamente que a sociedade está inflexionando uma

posição adotada há mais de uma década, quando elegeu um operário oriundo do movimento sindical e principal liderança de um partido com estreitos laços com a classe trabalhadora. Isso porque, observando-se as últimas eleições e também os movimentos que ocorreram no país nos últimos anos, não estaria fora de questão que a polarização atual agudiza as contradições cujas expectativas não foram resolvidas com as sucessivas eleições de Lula e Dilma no plano federal e a importante presença do PT em muitos estados. Ou seja, mesmo com a reeleição de Dilma Rousseff para a presidência do Brasil amparada em ampla coalizão, o sinal emanado das urnas parece dizer que as soluções podem não passar pelo plano institucional e que as questões decisivas, ao que parece, poderão se decidir a partir das ruas.

Mesmo se constituindo em fenômeno de grande relevância sob todos os aspectos, especialmente se considerarmos os quantitativos humanos, emoções e sentimentos que mobilizam, as eleições não encerram toda a possibilidade de participação política da sociedade de classes. Todavia, na maioria das vezes, seja numa situação de normalidade democrática, ou mesmo em um momento de extraordinário ascenso revolucionário, não raro, são os setores das classes dominantes que detém os meios mais eficazes para se manterem dirigindo os processos políticos eleitorais, se constituindo como classes dirigentes. Tal circunstância pode ser comprovada através da história, pois mesmo nos momentos em que a política substituiu a História com "H" maiúsculo, ou quando os processos de explosão das consciências dos sujeitos se sobrepujaram às estruturas que mais lentamente se movem na dialética do tempo histórico, naqueles momentos precisos, quando os elementos da vontade foram mais eficazes que as forças da necessidade, se ocorreram eleições, foram as forças conservadoras que fizeram as maiorias parlamentares. Foi assim nas eleições francesas que sucederam à Revolução de 1848, marco inaugural da Primavera dos Povos, ou nas eleições ocorridas durante a Comuna de Paris, quando os velhos monarquistas que tinham acabado de ser



derrotados pelas insurreições venceram o pleito. Nem mesmo nas eleições para a Constituinte Russa, ocorrida em novembro de 1917, logo após a tomada do poder pelos bolcheviques, lastreados numa maioria construída nos Sovietes, impediram que socialistas-revolucionários (esseristas) elegeassem a maioria dos representantes.

As eleições não são, portanto, os terrenos mais férteis de onde os principais sujeitos sociais e políticos da sociedade de classes, ou seja, os trabalhadores e seus partidos, podem fazer a história. Não obstante, nem mesmo na tradição dos partidos mais revolucionários no século XX o absenteísmo foi defendido de uma perspectiva estratégica. Muito ao contrário, pois ninguém menos que o próprio Lenin esgrimiou argumentos convincentes contra os esquerdistas holandeses, ingleses e alemães que pretendiam abandonar o terreno das eleições, que acertadamente acusavam de desfavorável, para pregarem a não participação dos revolucionários nas eleições e nos parlamentos burgueses. Sobre o assunto, o dirigente bolchevique insistia que caso os partidos revolucionários quisessem efetivamente disputar a consciências da maioria dos trabalhadores, o que se devia fazer era estar presente nos locais onde estava a classe, sob o risco de isolamento e perda de influência. Ou seja, enquanto a maioria dos trabalhadores seguia acreditando que podia mudar as suas vidas através das eleições, não havia porque os revolucionários abandonarem a disputa das urnas à exclusiva influência dos partidos da burguesia, já que o objetivo dos revolucionários era conquistar as massas e não substituir seu protagonismo político. Isso não dispensava os revolucionários de continuarem denunciando os parlamentos e as eleições como espaços de hegemonia burguesa e conservadora, ao mesmo tempo em que se deviam incentivar os trabalhadores a acreditarem no seu protagonismo e nas suas próprias forças, especialmente quanto ao método das greves e da ação direta. (LENIN, 1981)

Mas que não se pense que sendo terreno das classes dominantes

e dos seus partidos, as eleições sejam inacessíveis para os partidos da classe trabalhadora. Em conjunturas específicas e extraordinárias pode-se assistir a ascensão de partidos operários, alguns deles fracamente identificados com a revolução, quando não impulsionados por ela. Em todo caso, ascensos eleitorais de partidos das classes trabalhadoras e setores subalternos em geral, só são possíveis em conjunturas de grande acirramento e polarização, especialmente em situações revolucionárias ou pré-revolucionárias. Foi assim com as frentes populares espanhola e francesa na década de 1930, que emergiram em meio a abertura de uma vaga revolucionária na Europa, que opunha a revolução à contrarrevolução fascista. Foi assim também nos processos referidos acima, quanto ao caso francês e russo, que apesar da derrota eleitoral dos grupos que dirigiam a insurreição, o quantitativo de votos recebidos pelos partidos revolucionários só foi possível em virtude do ascenso que atingia as grandes cidades onde o proletariado estava concentrado, como Paris, Petrogrado, Moscou e Kiev. Decerto que havendo uma situação revolucionária pode haver a possibilidade de ascensão de forças progressistas e revolucionárias, muito embora, como observado, mesmo nessas situações não é incomum que as forças do atraso possam ser majoritárias nos pleitos que indistintamente alcançam toda a sociedade, fazendo com que o voto de um camponês dos recantos mais remotos de um país valha tanto quanto o voto de um trabalhador da indústria, sindicalizado e ciente dos seus direitos.

Se as eleições não são o terreno mais favorável aos trabalhadores que cotidianamente enfrentam seus patrões na luta de classes, não foram, todavia, as classes dominantes que, na sociedade burguesa, ligaram sua existência ao sufrágio universal. Ou seja, não foi a tradição liberal-burguesa que defendeu a universalização do voto aos maiores de 21 anos do sexo masculino, como era possível no século XIX. Foram os trabalhadores que introduziram este dispositivo como conquistas do movimento operário e das revoluções modernas,

como foram as mulheres trabalhadoras que, posteriormente, defenderam a extensão desses direitos ao sexo feminino, sendo apoiadas pelos partidos dessa classe, compostos por uma maioria de homens. Desde as experiências francesas de agosto de 1793 e de fevereiro de 1848, ou quando dos episódios inaugurados com a Revolução de Fevereiro na Rússia, que o sufrágio universal foi introduzido e passou a ser uma bandeira do movimento operário e socialista europeu e mundial nos anos seguintes. (LOSURDO, 2004, p. 56)

Apesar da hostilidade das classes dominantes em admitirem a extensão de direitos de voto à maioria da sociedade, são justamente os liberais-burgueses e seus partidos que se pretendem os pioneiros e principais defensores da democracia e do sufrágio universal nos dias que correm. E não obstante permanecerem vencendo a maioria dos pleitos, estão sempre dispostos a rasgarem as constituições e as regras do jogo eleitoral em nome da democracia, caso entendam que o “comunismo” e o “totalitarismo” sejam uma ameaça. O sufrágio universal levou quase um século para se consolidar e se transformar numa consistente ferramenta de controle e manutenção da ordem de classe na sociedade burguesa contemporânea, mas se, de alguma forma, ele dificulta a reprodução da hegemonia burguesa, não haveria porque defendê-lo a qualquer preço, sendo este o raciocínio das classes dominantes ao longo da história. De sua parte, os trabalhadores e seus partidos, caso tenham a possibilidade de substituir a democracia participativa por formas diretas de democracia, como a soviética ou dos conselhos, também não se furtaram a fazê-lo. Ou seja, as formas existentes de democracia precisam ser contextualizadas historicamente e sua permanência depende do interesse das classes fundamentais da sociedade burguesa.

Ainda assim, as classes dominantes preferem o caminho seguro das urnas, porque de outra forma estão sujeitas às incertezas da luta de classes, que pode evoluir para situações adversas,

como insurreições populares e mesmo guerra civil. Por seu turno, os trabalhadores entendem a importância das conquistas efetivadas nos últimos 200 anos, ainda que estejam longe de caracterizar como definitivas tais formas civilizacionais. Com efeito, foi sob a forma de reação democrática que muitos processos revolucionários foram abortados, e foi pela democracia que boa parte das direções revolucionárias capitularam à hegemonia burguesa. Ou seja, sempre que um novo processo de ascenso se estabeleceu, o desfecho, tornado difícil pela agudização das contradições e por uma mudança na correlação de forças em favor dos trabalhadores que poderiam protagonizar as mudanças a partir das ruas, encontra um termo com o reestabelecimento da hegemonia burguesa quando eleições são marcadas, e os partidos disputam em supostas condições de igualdade, sejam eles os representantes dos trabalhadores ou das classes dominantes. Nesses casos, os resultados, invariavelmente, tem dado maioria aos partidos burgueses, que logo recompõem sua capacidade de direção, estabilizando a ordem.

Tem sido assim nas eleições recentes, mas que não se pense que a alternativa do sufrágio não esteja nunca ameaçada pelos setores mais reacionários da sociedade de classes. De tempos em tempos, pelos motivos apontados acima, são justamente os trabalhadores a defender as eleições sempre que as forças do retrocesso ameaçam legalidade, afinal de contas, por quantos anos os latino-americanos foram impedidos de votar? Não obstante, será efetivamente este o problema principal colocado para o Brasil diante do que se considera o avanço das direitas e também pelo fato de que os setores conservadores voltaram a ocupar as ruas? O que, de fato, esteve em jogo nas eleições das últimas décadas no Brasil? Quais as saídas para a reação democrática e para a onda conservadora que pode ameaçar a ordem constituída? Os partidos vinculados aos trabalhadores estariam previamente condenados à derrota na disputa eleitoral ou haveria alternativa?

Analisando a abertura de uma nova vaga revolucionária na Europa na virada da década de 1920 para a de 1930, tendo a Alemanha como epicentro, Trotsky observou o grande ascenso eleitoral do Partido Comunista (*Kommunistische Partei Deutschlands* numa – KPD) numa conjuntura altamente polarizada, que punha a revolução e a contrarrevolução com grande peso para o pleito de fins dos anos 1920. Chamando atenção para o fato de que, no plano eleitoral, mil votos fascistas pesavam tanto quanto mil votos comunistas, enquanto na luta revolucionária mil operários pertencentes a uma grande empresa “representam uma força cem vezes maior do que mil funcionários amanuenses”, pois os fascistas nada mais eram do que “poeira de humanidade”, Trotsky anteviu a possibilidade de uma derrota eleitoral nas condições de um acentuado ascenso da luta de classes e de um deslocamento da correlação de forças em favor dos operários e seus partidos. (TROTSKY, s/d, p. 34-35) No final das contas, os fascistas venceram as sucessivas eleições na Alemanha, até que em 1933 chegaram definitivamente ao poder, ainda que por uma pequena margem de votos. Depois de vencerem as eleições e de conquistarem a maioria da pequena burguesia para o seu projeto, os fascistas adquiriram a legitimidade necessária para restabelecerem o princípio da hegemonia da fração financeira da burguesia alemã em crise desde 1918, entretanto foi através da força que exerceram a direção política, quase por cima das classes. Isso ocorreu, segundo Trotsky, devido aos sucessivos erros cometidos pela direção comunista, erros que estiveram relacionados a uma avaliação equivocada da conjuntura da parte da Internacional Comunista (IC).

Caracterizando a conjuntura mundial como tendo entrado “terceiro período” a partir de 1928, que seria de ascenso revolucionário, a IC havia recomendado aos comunistas a imposição de profundas restrições a uma aliança com a socialdemocracia no movimento operário, inviabilizando a Frente Única adotada a partir de 1921, quando Lenin e Trotsky ainda eram dirigentes. Do ponto de vista da direção da

Internacional Comunista, a socialdemocracia e o fascismo se equivaliam (tese do “social-fascismo”) e como inimigos renhidos dos trabalhadores deviam ser igualmente combatidos. Como resultado de tal política que não era capaz de distinguir os riscos representados pelos fascistas, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* – NSDAP) de Hitler, não apenas venceu as eleições de 1933, como chegando ao poder, teve condições de esmagar o movimento operário, destruindo os partidos comunistas e socialdemocratas e provendo uma das mais violentas e brutais ditaduras da história da humanidade, ditadura esta que conduziu o mundo à Segunda Guerra Mundial, que ao final contabilizou cerca de 60 milhões de mortos.

Em que pese o fato de que os escritos de Trotsky tenham se debruçado sobre uma conjuntura específica e de grande importância para os desdobramentos da luta de classes no plano mundial, o criador do Exército Vermelho intuiu que os processos eleitorais analisados a partir da experiência alemã, poderiam lhe oferecer algo mais do que uma apreciação circunstancial. De acordo com Trotsky, as eleições tendem a reproduzir distorcidamente a correlação de forças da sociedade em qualquer circunstância, pois “[a] representação parlamentar de uma classe oprimida diminui consideravelmente a sua força real, e, inversamente: a representação da burguesia, mesmo na véspera do seu desmoronamento, é sempre mascarada de sua força imaginária”. (TROTSKY, s/d, p. 148) Dessa maneira a tendência é de que as eleições venham a refletir de maneira distorcida a realidade da luta de classes, pois neste espaço há uma imensa desproporção numérica entre a minoria burguesa e uma maioria de trabalhadores, cuja expressão eleitoral é invertida. Mesmo em situações agudas de conflito, a burguesia se ressentida da capacidade de dirigir os processos políticos, considerando que os seus líderes não são talhados na escola da luta de classes, que oferece lições permanentes sobre a atuação em processos de massa, nem os seus partidos, na condição de sujeitos políticos, estão capacitados a dirigirem grandes contingentes

sociais, posto que as classes dominantes são numericamente insignificantes. Portanto, são quase sempre os dirigentes da classe operária que encabeçam as lutas sociais que tem o terreno das ruas por palco principal. Mas isso não significa que as classes dominantes e as chamadas direitas não estejam dispostas a ocupar as ruas e disputar a direção da pequena-burguesia aos trabalhadores e seus partidos, se as eleições não esgotarem os processos de acirramento da luta de classes. Em circunstâncias extremas, é longe dos palácios e dos gabinetes governamentais que as crises políticas se resolvem, quando entram em cena as forças da revolução e da contrarrevolução, confirmando a afirmação de Lenin que dizia: “As grandes questões da liberdade política e da luta de classes são resolvidas em última análise unicamente pela força (...)”. (LENIN, 1986, p. 392)

Tomados à luz da experiência histórica, as apreciações de Trotsky sobre a luta de classes e seus reflexos nas disputas eleitorais podem servir para analisar os conflitos sociais no Brasil tanto do ponto de vista eleitoral quanto na sociedade como um todo. Quanto a isso, vale lembrar, que o Partido dos Trabalhadores ganhou a última eleição presidencial, certamente a mais polarizada em nossa história recente, mas pelo visto optou por governar com o programa do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o partido derrotado. Vale ainda lembrar que embora a eleição tenha dado sobrevida aos setores conservadores da sociedade brasileira, parte deles abrigados na ampla coalizão liderada pelo PT e agora compondo o novo governo de Dilma Rousseff, não foram exatamente os partidos mais à esquerda os maiores derrotados. Mesmo considerando os percentuais irrisórios recebidos pelo PSOL, PSTU, PCB e PCO nas eleições de 2014 (juntos esses partidos não alcançaram 2% do eleitorado), não se pode dizer que foram eles a sofrerem a principal derrota. Considerando-se que expressão eleitoral dessas organizações é bastante menor do que sua inserção social, tomar os resultados das eleições como único critério de aferição das forças à esquerda do PT, é dizer da menor

parte do que representam. Ou seja, eleitoralmente esses partidos não tem obtido bons resultados ao longo dos anos, muito embora na sociedade sejam forças em ascensão, especialmente se considerarmos que o PSOL e o PSTU, principalmente, mas também o PCB dirigem importantes sindicatos e movimentos populares, parte deles abrigados sob bandeira da Central Sindical e Popular–Conlutas (CSP-Conlutas).

Ainda assim considerando-se que 39 milhões de eleitores, cerca de 27% do total do eleitorado, praticaram algum tipo de absenteísmo, votando nulo ou em branco, poder-se-ia dizer que a democracia representativa e os partidos tradicionais nunca estiveram tão mal avaliados no Brasil. Com efeito, nem mesmo os milhões de reais gastos pelos grandes partidos nas eleições foram capazes de convencer percentuais expressivos de que as mudanças se darão por esta via. Seria, então, uma manifestação de repúdio às eleições da parte de um país que tinha vivido dias quentes nas chamadas Jornadas de Junho de 2013? Mas como explicar que os eleitores que escolheram algum candidato optaram por sufragar uma maioria conservadora após as manifestações de 2013?

Discorrendo sobre os tumultuados dias que antecederam a ascensão dos fascistas aos governos europeus entre os anos 1920 e 1930, o historiador Geoff Eley afirmou:

Os erros maximalistas foram uma lição prática sobre como não conduzir uma revolução. Eles alimentaram expectativas sem lhes dar solução. Incentivaram uma disposição de excitação revolucionária, mas se recusaram a lhe dar a forma de um desafio revolucionário. Fizeram do socialismo uma barreira contra o mundo da burguesia e, de trás dessa barricada ideológica, disparavam uma fuzilaria de provocação retórica. Mas, quando as massas cobraram uma atitude e agiram, aconselharam disciplina e paciência. É compreensível que isso gerasse ressentimento. No final de 1920, o movimento se desmantelava, sem direção desmoralizado, arrasado por



recriminações. Os fascistas se apresentaram como um agente de pacificação contra-revolucionária. A atividade paramilitar localizada estava fermentando desde o início dos anos 1920 e agora se espalhava violentamente de forma organizada. (ELEY, 2005: 210)

As observações de Eley podem nos servir para pensar a situação do Brasil, pois mesmo sem expressar nenhum tipo de programa que possa ser tomado como maximalista, a chegada do PT ao governo central do Brasil em 2002 representou uma profunda guinada na correlação de forças em favor dos trabalhadores que vinham de pouco mais de uma década de recomposição da hegemonia burguesa implementada a partir do processo de impeachment de Collor, do governo de Itamar Franco e, principalmente, da eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994. Nessa nova fase de exercício de sua hegemonia, as classes dominantes no Brasil puderam dar consecução ao processo de estabilização política e social do país, a partir da derrota da inflação, da adesão ao Consenso de Washington e de alinhamento irrestrito aos Estados Unidos, que vieram junto com a imposição de políticas neoliberais, com uma onda de privatizações e tentativas de desregulamentação da economia e da força de trabalho, que só não foi mais eficaz em virtude a resistência tenaz dos trabalhadores ao longo da década de 1990.

Obviamente que nenhum exercício de hegemonia plena está imune aos percalços das oscilações da economia no plano mundial, e os humores da política, se não se ligam automaticamente as alterações nas condições objetivas, não deixam de ser influenciadas pelas condições estruturais da sociedade. Com efeito, a crise econômica que atingiu o capitalismo a partir de 1997, tendo como epicentro os países do oriente conhecidos como “Tigres Asiáticos” (Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan), logo se estendendo para a Rússia e o México, com repercussões importantes no conjunto da América Latina, anunciaram para o mundo que a estabilidade democrática latino-

americana podia estar ameaçada por convulsões provocadas pela adesão em bloco dos governos desses países ao Consenso de Washington. Por conta disso, uma mudança na correlação de forças desses países foi observada, permitindo a eleição de partidos reformistas de grande base popular que sucediam a ascensos sociais importantes dos setores mais subalternizados, especialmente no Equador e na Bolívia, com desenvolvimento desigual e processos específicos nos casos da Venezuela, Argentina, Paraguai, Uruguai, Brasil, Chile e Peru.

No caso brasileiro a eleição de Lula da Silva em 2002 representou uma importante mudança na correlação de forças e nem mesmo a Carta ao Povo Brasileiro, publicada em junho de 2002, em que o PT se comprometia a honrar todos os compromissos com os credores, podia macular a expectativa criada em torno da eleição de um operário, membro de um partido de esquerda surgido das greves, ao governo central do Brasil. Havia esperança de transformação com a eleição de Lula, mas ao lado das expectativas, vieram os compromissos assumidos com frações do grande capital financeiro e especulativo, com frações do agronegócio e do latifúndio, e com frações da indústria nacional. No final das contas, após a emergência de denúncias de práticas de corrupção nos governos de Lula e também de Dilma, a esperança, que “havia vencido o medo”, conforme diziam os marqueteiros do PT, havia se transformado em frustração.

Em política, como se sabe, não há vazio, e aquilo que não avança tende a retroceder. O PT governou nos últimos anos na base de um consenso bastante frágil, tanto do ponto de vista dos acordos que foram estabelecidos com as frações das classes dominantes, como no campo dos movimentos sociais e das organizações sindicais dos trabalhadores. Após três mandatos sucessivos e a emergência de uma crise econômica de grandes proporções que pôs à nu a precariedade desse acordo, que não expressava nada muito além de uma hegemonia fraca (“reformismo fraco”, no dizer de André Singer), (SINGER, 2012) levada a

efeito por um governo burguês atípico (Frente Popular), as contradições extrapolaram os limites eleitorais e passaram a cobrar nas ruas os acordos não cumpridos. Por conta disso, as direitas tradicionais, que só puderam engolir o PT na falta de alternativas próprias para dirigir os destinos do país, partiram para o terreno da conspiração, não deixando de insuflar o sentimento de frustração e medo que atinge os setores da pequena-burguesia. Com efeito, mobilizam-se ódios ancestrais, com forte teor anticomunista, onde elegem-se símbolos, antigos e novos, como Cuba e Venezuela, para se sugerir que o país não pode ser conduzido a uma ditadura “totalitária” de esquerda, sob a liderança de Lula e do Foro de São Paulo. Do outro lado, premidos por circunstâncias que objetivamente lhes são desfavoráveis, as direções sindicais que ainda mantém graus variados de adesão ao projeto governista, são empurradas e desafiadas por suas bases a caminharem para esquerda, o que determinou um grande ascenso de greves no Brasil no ano de 2012, que teve o maior número de paralisações e de horas paradas desde 1996, segundo o DIEESE (2013).

Para completar o quadro pintado acima, a intensificação das denúncias de corrupção praticadas por todos os partidos que receberam verdadeiras fortunas de empresas privadas nas eleições, com um óbvio foco principal no partido do governo, potencializou um sentimento de descontentamento que promoveu pautas anticorrupção tipicamente encabeçadas pelos setores da direita no país. Por conta disso, passeatas foram convocadas por organizações assumidamente de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Movimento Vem pra Rua, o SOS Forças Armadas e a organização que atua nas redes sociais Revoltados On Line. Entre as pautas principais dessas manifestações, que também contaram com a presença de lideranças da direita tradicional e de seus partidos, estão o “Fora Dilma”, a luta pelo impeachment da presidente e um sinistro pedido de “intervenção” das Forças Armadas. Como resposta a esses movimentos, os setores governistas promoveram, inicialmente,

parades e manifestações de apoio à presidente, com o subterfúgio de defesa da legalidade, dos direitos trabalhistas e de luta contra a direita. Neste caso, como não puderam quantitativamente fazer frente às manifestações da direita tradicional, e também pelo fato de que amplos setores dos trabalhadores, se não já romperam com o governo, desconfiam profundamente das políticas implementadas em torno de um ajuste fiscal que ataca os direitos e precariza o trabalho, a conjuntura termina colocando as organizações sindicais e populares diante do desafio de fazer avançar as lutas, ainda que o custo seja o de enfraquecer os laços com PT, com resultados incertos.

E se não está descartado que o desenlace da maior crise política e econômica vivida pelo país possa ser resolvido longe das urnas e antes das próximas eleições gerais marcadas para 2018, não é certo de que este caminho seja a opção principal dos partidos da direita tradicional, haja vista ser bastante improvável que qualquer movimentação golpista mais consequente conte com o apoio dos Estados Unidos, como ocorreu em 1964. Também não parece razoável supor que o PT de Lula e Dilma Rousseff possa ter o mesmo destino que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) dos tempos de João Goulart, isto porque o PT tem ainda uma forte base social facilmente mobilizável caso a legalidade esteja efetivamente ameaçada.

Por fim cabe mencionar que não há qualquer crise no padrão de acumulação adotado pelo Brasil como havia há 50 anos, quando o populismo foi incapaz de oferecer saídas às frações da burguesia associadas e ao próprio imperialismo. A atual crise econômica tem dimensões mundiais, mas o desfecho político de crises no sistema, mesmo nos elos mais frágeis da cadeia, como parece ser o caso do Brasil, pode passar pelas urnas, que provavelmente refletirão distorcidamente a correlação de forças na sociedade. Todavia, quando o tema da luta de classes é fundamentalmente a política, qualquer prognóstico tem que contar necessariamente com a imprevisibilidade das

contingências.

\*artigo publicado originalmente no nº 21 da revista *Olho da História*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.

—————. *Um reformismo quase sem reformas. Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Sundermann, 2011.

AGULHON, Maurice. *1848: o aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Balanço das greves em 2012. *Estudos e pesquisas*, nº 66, maio de 2013.

LENIN, V. I. “Duas táticas da social-democracia na revolução democrática”. In: LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, pp. 382-472.

—————. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 5 ed. São Paulo: Global, 1981.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SIGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto*

*conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução*. Lisboa, Porto, Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s/d.

---

## Esquerda/direita: manual do usuário

**Carlos Zacarias de Sena Júnior**

Responda rapidamente: o atual governo do Brasil é de esquerda ou de direita? Se você se confundiu na resposta, não se aborreça. Muito provavelmente a maioria dos que tentaram responder a pergunta, caso tenham pensado um pouco (o que certamente aconteceu, apesar da sugestão de que deveriam responder rápido), escolheu uma das alternativas, mas acrescentou uma conjunção adversativa no caminho.

Definir um governo ou um partido por suas posições políticas é, sem dúvida nenhuma, uma tarefa difícil, mas isso não é novidade. Dado o grau de subjetividade que a diáde esquerda/direita permite, não seria impossível que aqueles que se situam à esquerda do governo venham a acusá-lo de práticas direitistas, do mesmo modo, seria improvável que à sua direita o governo não tenha adversários que apontam as suas práticas como esquerdistas. Não obstante, segundo Marx: “Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de

produção”.[\[i\]](#) Ou seja, a “consciência não pode ser mais do que o ser consciente”,[\[ii\]](#) e ainda que estejamos num período de sobredeterminação política, é descendo do céu à terra que podemos começar a entender a realidade daquilo que se tem chamado de “onda conservadora” e “ofensiva das direitas”, como forma de tiramos as conclusões necessárias sobre o atual momento para sermos propositivos quanto ao futuro.[\[iii\]](#)

Os termos “esquerda” e “direita” são bastante imprecisos e insuficientes para definir os grupos contendores do presente, mas como muitos já entenderam, ainda permanece necessário identificar os projetos pelo seu conteúdo antitético e relacional, pelos compromissos que assumem, pelos adversários e inimigos que elegem e pelo lugar de classe que ocupam. Bandeiras e movimentos políticos podem ser classificados como conservadores ou progressistas e nem precisa de muito treino e conhecimento para saber que o fascismo é um movimento de direita, enquanto o socialismo é de esquerda. Mas poucos sabem que Mussollini, antes de se tornar *Il Duce* italiano foi editor do periódico *Avanti!* e militante do Partido Socialista, o mesmo de Antonio Gramsci. De outro lado, muito dificilmente Stalin encontraria unanimidade ao ser classificado como de esquerda, pelo simples fato de que muitas das bandeiras progressistas incorporadas pela Revolução de 1917 retroagiram a partir de sua ascensão ao poder em fins dos anos 1920.

Grosso modo, pode-se dizer que posturas políticas de direita são conservadoras, quando não reacionárias ou fascistas. Regra geral, a direita defende a propriedade privada dos meios de produção, inclusive o latifúndio, o liberalismo econômico, o não intervencionismo do Estado e a meritocracia. Direitistas são contra as políticas afirmativas, são contra a imigração (desde que não sejam eles os imigrantes!) e acham que o casamento deve se restringir a união de um homem com uma mulher. No que se refere aos conflitos recentes no Brasil, os direitistas defendem o porte de armas, a redução da maioria penal e a pena de morte, embora nem todos assumam abertamente

esta defesa por conta dos compromissos religiosos. Direitistas se identificam com a bancada BBB (Bíblia, Bala e Boi) e acham que bandido bom é bandido morto. São contra o aborto e o que chamam de “ideologias de gênero”, e ainda por cima temem que estejamos em vias de termos implantado no Brasil uma “ditadura gayzista” articulada pelo “bolivarianismo lulista” e pelo Foro de São Paulo.

Em determinadas épocas, os grupos de direita podem preconizar um Estado forte como forma de evitar a ascensão dos movimentos revolucionários, chamados por eles de “totalitários”. Vez por outra sepultam a limitada democracia burguesa em nome do que seria a salvaguarda da própria democracia diante do “totalitarismo de esquerda”. Na maior parte do tempo são apenas liberais, alguns são reacionários e por vezes todos se juntam contra os trabalhadores quando há algum grande ascenso revolucionário, tornando-se contrarrevolucionários. Na história, por vezes, épocas inteiras podem ser caracterizadas por reacionárias ou contrarrevolucionárias, como foram os anos 1930/1940, quando as ditaduras nazi-fascistas e governantes protofascistas ascenderam ao poder no rastro da derrota de inúmeras revoluções. Da mesma forma, as ditaduras militares da América Latina foram tipicamente de direita, funcionando como espécies de contrarrevoluções ou contrarrevoluções preventivas.

Do lado oposto, entre os grupos que podem ser chamados de esquerda e que são também tratados como progressistas, vemos o combate à propriedade privada dos meios de produção, a luta pela reforma agrária, a defesa da regulação do Estado na economia e o argumento pelo tratamento diferenciado para os setores mais vulneráveis da sociedade. Partidários da esquerda (“esquerdista” é um termo pejorativo desde que Lenin redigiu o texto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, em 1921) defendem posturas comportamentais que valorizam as escolhas individuais, como o direito ao corpo e ao livre exercício da sexualidade. São favoráveis aos processos migratórios e acusam



as mazelas do imperialismo e do capitalismo como elementos que provocam guerras e expulsam as populações de suas terras.

No que se refere aos temas da pauta política do Brasil, a esquerda é contrária à redução da maioria penal e denuncia a criminalização dos movimentos sociais e das camadas mais pobres da sociedade. Enquanto isso, a esquerda defende o direito ao aborto, condena a homofobia e o machismo, denuncia o racismo e batalha pela descriminalização das drogas, apontando o tráfico e o genocídio da população negra como políticas desenvolvidas no interior do Estado burguês. Partidários da esquerda também podem defender os programas de renda mínima, mas creem tratar-se de uma política de transição.[\[iv\]](#) Ao mesmo tempo, a esquerda advoga pela suspensão do pagamento da dívida pública, enquanto aponta os juros e a prática do superávit primário como um dos nossos maiores problemas. Na história, governos surgidos de revoluções operárias e populares podem ser chamados de esquerda, mas, como dissemos, o curso da história comprovou que não é tão simples assim, pois as vezes correntes contrarrevolucionárias podem surgir de dentro da própria revolução, como foi o caso do stalinismo.

A origem e a definição dos termos “direita” e “esquerda” remontam a Revolução Francesa, quando defensores do aprofundamento da revolução e partidários do Antigo Regime se sentavam à esquerda e a direita do parlamento, respectivamente. Desde então, a díade vem sendo usada para explicar comportamentos, movimentos e épocas históricas. Não se tratam de termos simples, e obviamente que muitos podem não se identificar completamente com as posturas acima apontadas como de esquerda ou de direita. Haverá quem alegue que o autor dessas linhas foi excessivamente parcial, mas haveria como não sê-lo?

Os termos esquerda e direita são tão importantes nas discussões políticas que, de acordo com Norberto Bobbio, mesmo quando alguns refutam a sua validade, o fazem percebendo o

significado de cada um. Ou seja, caso você não se identifique como sendo de esquerda ou de direita, é porque você tem alguma ideia que compartilha com a maioria das pessoas sobre o que vem a ser uma coisa e outra: “Como fazemos para dizer que tal objeto não é nem branco nem preto, se não temos a mínima ideia a respeito da diferença entre as duas cores?” [\[v\]](#)

Apesar de imprecisos, a díade esquerda e direita permanece válida, não há dúvidas, mas deve-se usar entendendo os riscos e compreendendo suas limitações. Foram apropriados por diversas correntes, muito embora não tenham sido utilizados muito frequentemente pelos marxistas que preferem classificar as posições de acordo com os interesses e posições de classe. Marx e Engels não usam os termos “esquerda” e “direita” para caracterizar os movimentos políticos do seu próprio tempo. Apesar disso, como parece óbvio, distinguiam bem o que era progressivo e regressivo. Os bolcheviques, por seu turno, só se referiam a “direita” ou “esquerda” quando tratavam das disputas que atingiam o partido, entendendo que melhor do que usar expressões eivadas de subjetivismo, era classifica-las pela sua dimensão material. Muito raramente Lenin, Trotsky ou outro bolchevique classificam os movimentos por esta perspectiva relacional. Os inimigos dos bolcheviques, se eram das classes dominantes (aristocratas e burgueses), eram prioritariamente chamados pelos seus nomes, como aristocratas e burgueses. Em oposição às classes dominantes e suas frações, estavam os operários e camponeses (às vezes os pequenos burgueses das cidades). Militantes de organizações operárias adversárias dos bolcheviques eram tratados por “reformistas”, “conciliadores”, “economicistas”, “marxistas legais” e uma plêiade de nomenclaturas que buscavam precisar o adversário pelo termo exato do que eles objetivamente representavam. Apenas quando se referiam as disputas intestinas os bolcheviques citados usavam a denominação de “esquerda”, “direita” e “centro”, para caracterizar as querelas políticas abrigadas no partido.

Em todo caso, não se pode prescindir de termos que podem dar conta de uma parte da realidade, ainda que a explicação do todo prescinda de categorias de análise mais precisas e elaboradas, como as utilizadas por Marx e pelos marxistas mencionados acima. Por conta da importância dos termos relacionais para a política, podemos tomar a rápida definição de Jacob Gorender para explicar a esquerda e o seu oposto, a direita, já que, como sugere Bobbio, por se tratar de termos antitéticos, “são reciprocamente excludentes, e conjuntamente exaustivos”.[\[vi\]](#) Para Gorender, que adverte sobre a imprecisão do termo, mas apela para o seu significado cotidiano, presente na linguagem do jornalismo e na oratória, a definição de esquerda pode ser tomada aplicando-se “o conceito referencial de movimentos de ideias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas”.[\[vii\]](#) Por exclusão, direita deve ser entendida como seu exato-contrário.

Dito isso não estamos em melhor posição para concluirmos se o atual governo brasileiro é de esquerda ou de direita, pois ainda que se possa recordar das suas origens na esquerda, já que não se pode negar que o PT surgiu de um projeto de transformação gestado a partir das lutas empreendidas por diversos setores do proletariado dos anos 1970, não seria improvável que todos concordassem que o partido de Lula sofreu uma profunda transfiguração nas últimas décadas. Todavia, caso optássemos por chamar essa transfiguração de “transformismo” no sentido gramsciano do termo, muito dificilmente teríamos alguma unanimidade, isto porque esta interpretação redundaria em assumir que o PT sofreu em algum nível uma mudança objetiva do seu lugar de classe, com ainda maior repercussão no âmbito da política.[\[viii\]](#) O fato, entretanto, é que talvez fique mais fácil concluir que os trabalhadores, quando fazem greves e lutam por pautas que foram abandonadas pelos petistas (ao menos pelos petistas do governo), estão encampando um movimento de esquerda, mesmo que este governo tenha se originado pela esquerda. Em sentido contrário, quando milhares

de pessoas saem às ruas gritando contra o governo, contra a corrupção e acusando o PT de tentar implantar uma “ditadura comunista bolivariana no Brasil”, ainda que arrastem consigo uma minoria de trabalhadores, devem ser caracterizados como de direita em função das suas pautas políticas.

Em pelo menos duas circunstâncias em 2015, milhares de pessoas foram às ruas em várias cidades brasileiras, empunhando bandeiras distintas. Pautas conservadoras e progressistas foram observadas em diversos atos. Categorias de trabalhadores que fizeram greves foram provocadas por muitas das direções e algumas centrais sindicais, a defender o governo petista. Na maioria das vezes se recusaram a cumprir este papel, deixando seus dirigentes sozinhos. Apesar das direções governistas que atuam nos sindicatos e movimentos sociais, a classe trabalhadora, quando se põe em movimento, tende a recobrar o sentido histórico das suas lutas e passa a acreditar nas suas próprias forças. Por conta disso muitas das lutas do Brasil recente se dão pela esquerda do governo e das direções sindicais.

Por seu turno, as várias frações da burguesia, que financiam partidos tipicamente de direita, como o DEM e o PSDB, e com origens na esquerda, como o PT e o PCdoB, procuram reestabelecer a direção política do presente, que lhe ameaça fugir ao controle, às vezes ensaiando algum tipo de golpismo. Isso não quer dizer que sejam sempre golpistas. Como foi dito, é, por vezes, com a “melhor das intenções democráticas” que fascistas e golpistas são forjados na história, mas a possibilidade de um golpe ser posto em movimento deve ser cuidadosamente analisado, embora nunca subestimado, porque há épocas em que as classes dominantes preferem a “reação democrática” através das eleições, evitando ao máximo o caminho do confronto, de resultado imprevisível.

Há sinais de que vivemos uma crise de hegemonia, porque a burguesia não tem sido capaz de imprimir uma estabilidade efetiva há alguns anos, de maneira que a alternativa

frentepopulista do PT não representa muito mais do que uma espécie de hegemonia fraca, sempre sujeita às intempéries da realidade da luta de classes e da correlação de forças, que permanentemente se altera e é frequentemente ameaçada. Todavia, como sugerem Ruy Braga e Álvaro Bianchi, a crise de direção “atinge de maneira combinada, mas desigual, tanto a burguesia como o proletariado”, já que as classes subalternas ainda não construíram uma direção efetivamente capaz de se colocar diante das enormes tarefas do presente.<sup>[ix]</sup> Obviamente que a construção de um terceiro campo é o maior desafio para os partidos que estão na chamada “oposição de esquerda” ao governo do PT.

Enquanto nossas debilidades não são superadas, seguimos o caminho de recolha do que perdemos ao longo da estrada. Alguns dirão ser possível salvar o PT dele mesmo, empurrando o partido de Lula para a esquerda, de forma a resgatar o petismo das origens, o que significaria o abandono do lulismo e tudo o que ele significou, com suas crises de corrupção e esgotamento do projeto de conciliação de classes levado às suas últimas consequências na última década. Para estes, bastaria expulsar Levy do governo, restabelecendo as políticas anticíclicas dos últimos anos, e tudo voltaria a ser como antes. Outros insistirão na alternativa de ruptura pela esquerda, apontando os riscos do comprometimento com o projeto falido de conciliação levado à cabo pelo PT.

Para uns e outros, 2013 deu o sinal. Por seu lado, o instinto de sobrevivência das classes dominantes já acendeu o alerta. O ciclo está esgotado, e enquanto as direitas voltam a ocupar as ruas, coisa que não faziam desde as “Marchas de Família com Deus pela Liberdade”, de 1964, a esquerda precisa reagir, preparando o caminho para novas jornadas, como aquelas ocorriam em junho de 2013. Mas um novo Junho precisa necessariamente ser mais orgânico e a esquerda partidária deve envidar os maiores esforços para reestabelecer a frente única, com vistas a derrotar tanto as direitas tradicionais, quanto o

governo. Porque só a alternativa da reorganização será capaz de permitir o protagonismo dos trabalhadores, ameaçado pelas classes dominantes e pelas novas e velhas direitas.

[i] MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 24.

[ii] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, p. 20.

[iii]

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2014/10/1529543-onda-conservadora.shtml> Acessado em 04/07/2015.

[iv] O sentido da política de transição aqui descrito é aquele tomado do Programa de Transição de Leon Trotsky.

[v] BOBBIO, Norbert. *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. 3 ed. São Paulo: Edunesp, 2011, p. 31.

[vi] Id. *Ibid.*, p. 49.

[vii] GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 7.

[viii] Sobre o conceito gramsciano de transformismo e sua efetividade prática no PT, veja-se COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital. O transformismo dos grupos dirigentes do PT*. São Paulo: Xamã, Feira de Santana, UEFS Editora, 2012.

[ix]

<http://blogjunho.com.br/hegemonia-e-crise-nocoes-basicas-para-entender-a-situacao-brasileira/> Acessado em 04/07/2015.

---

## O paradoxo Brasil e o espelho distorcido das eleições



**Carlos Zacarias de Sena Júnior**

O Brasil que vai sair das urnas em 2014 será pior do que aquele de há quatro anos, não há dúvidas. Mas será este o mesmo país que foi às ruas nas Jornadas de Junho de 2013? A pergunta, capciosa em todos os sentidos, tem suas razões de ser, pois considerando as muitas hipóteses que têm circulado nos debates em curso sobre as eleições, a ideia de que se as manifestações de junho não tinham exatamente um caráter conservador, foram as forças da reação que saíram ganhando. Ou seja, a se crer naquilo que a maioria dos governistas apontavam quando se depararam com o desafio de enfrentar as massas nas ruas, poderíamos crer que as manifestações se foram realmente de direita, foram apropriadas por “elites” políticas e econômicas sequiosas por derrotarem o governo do PT. Não obstante, não parece ser este o caso, e este é o argumento que

tentarei desenvolver aqui.

Qualquer estudioso ou analista da luta de classes que usa a ferramenta do marxismo para interpretar a realidade sabe que não há ascenso político de massas sem a ameaça da reação. Se falamos em revolução, entretanto, a dimensão é ainda mais dramática, pois não há movimento revolucionário sem a incontornável possibilidade da contrarrevolução. A história é pródiga em registrar esses períodos e épocas contrarrevolucionárias inteiras podem se abrir após derrotas de situações revolucionárias de grande envergadura, sendo este o caso da onda fascista que se abateu sobre a humanidade após o desfecho da primeira vaga revolucionária em 1921/1923.[\[2\]](#) Então, neste caso, depois das Jornadas de Junho estaríamos vivendo um período de contrarrevolução que se expressa pelas urnas? Não exatamente.

É certo que as forças conservadoras foram mais eficazes em se oferecer como alternativa ao PT após a onda de protestos de 2013. Entretanto, tanto a onda de 2013 não chegou a ter as características revolucionárias precisas, especialmente quanto a permanência de uma situação quando os de “cima não podem e os de baixo não querem”, não se pode super-dimensionar o peso da derrota eleitoral com todo o conservadorismo que ele apresenta.[\[3\]](#) Ademais a expressão eleitoral desse processo é apenas reflexo distorcido da correlação de forças da sociedade, de maneira que só serve parcialmente para explicar um todo bem mais complexo que demandaria um olhar para a realidade que fosse muito além das urnas.[\[4\]](#) Isto porque se considerarmos os meses que se seguiram às Jornadas de Junho vamos perceber que houve um fortalecimento dos movimentos sociais e não o contrário.

Por conta desse movimento, que explodiu em junho, mas que tinha contornos que se vinham se estabelecendo desde 2008, quando o registro de greves se incrementou, com picos em 2009, 2011 e 2012, tornaram-se mais fortes a luta por moradia, por mobilidade urbana, por educação e saúde, entre outras demandas



de caráter progressista que estiveram presentes nas bandeiras de 2013. [5] É verdade que a dimensão organizativa dessa nova expressão da luta de classes não tenha se expressado numa correlação de forças amplamente favorável aos trabalhadores, todavia não se pode desprezar que os movimentos sociais organizados estão em melhores condições de atuar e apresentar suas reivindicações do que estava há alguns anos, apesar de toda a repressão, apesar do caráter majoritariamente conservador dos eleitos em outubro.

De todo modo vale ainda lembrar que embora a eleição tenha dado sobrevida aos setores conservadores da sociedade, não foram exatamente os os partidos anticapitalistas os maiores derrotados, ainda que tenham recebido percentuais de sufrágio irrisórios. Isso porque enquanto menos de 2% do eleitorado votou em partidos como o PSOL, PSTU, PCB e PCO, 39 milhões de eleitores, cerca de 27% do total, se abstiveram, votaram nulo ou em branco e isto parece ser bastante sintomático para ajudar a explicar que se uma grande parte do eleitorado brasileiro resolveu escolher uma maioria de conservadores para legislar e dirigir os executivos de muitos estados, outra parte igualmente importante optou por dizer não as eleições. Obviamente que a esquerda socialista precisa sempre repensar a forma como atua nas eleições, mas os resultados eleitorais não podem ser parâmetros para se comemorar vitórias ou se apontar derrotas, porque as correntes socialistas sempre pautaram sua intervenção política tendo por prioridade as lutas e não as eleições.

O Brasil sai das urnas, mais cristão-fundamentalista, mais rural, mas militar, machista e homofóbico, e isso não deixa de ser preocupante. Mas não havia outra forma dos conservadores expressarem o temor do avanço dos setores sociais progressistas confirmando distorcidamente a resposta ao que parecia ser a maior ameaça a ordem capitalista no Brasil surgida nas ruas em 2013. Quanto ao PT, que prossegue sendo o partido majoritário sair das urnas, resta saber como

sobreviverá a tempos que apontam para uma polarização crescente. Tanto porque toda a carga de simbolismo evocada pelo partido que nasceu nas lutas e que contribuiu decisivamente para derrotar a ditadura nos anos 1980, certamente vai lhe cobrar um preço em 2015. Caso vença a eleição (o que me parece mais provável) e venha a governar com banqueiros, empresários e latifundiários, como faz há doze anos, o PT precisará prestar contas aos setores que lhe ofereceram voto útil e aos que acreditaram que, finalmente, teria havido uma guinada a esquerda deste partido. Os dirigentes e marqueteiros do PT sabem disso, tanto que vivem na corda bamba, fazendo malabarismos teóricos para se equilibrar entre apresentar uma candidatura pela esquerda nas redes sociais com o intuito de mobilizar a militância e, em sentido contrário, acalmar os mercados e garantir a continuidade dos compromissos firmados desde 2002, para captarem financiamento e confirmarem a confiança de setores da grande burguesia do país.

Quem votou em Dilma tem suas razões para temer a volta da coligação que governou o país na era FHC, pois todos se lembram da emenda da reeleição, dos processos de privatização, do arrocho salarial, das investidas contra os direitos dos trabalhadores, da alta da inflação, da disparada do dólar e do aumento do risco país que deixaram o Brasil à beira do colapso. Por conta disso, Dilma tanto se beneficiou do voto útil, como da lembrança da imagem da militante que combateu a ditadura, agora transformada em *avatar* a partir de sua ficha no DOPS acompanhada da canção "Dilma, coração valente". O problema, contudo, é que o perfil mais conservador do Brasil saído das urnas em 2014 é, fundamentalmente, responsabilidade do PT, porque a expressão distorcida das eleições também fez com que milhões de trabalhadores votassem na coligação PSDB-DEM contra o partido que governa o país e que não promoveu as transformações necessárias para os nove décimos da população que lhe emprestaram apoio e confiança ao longo dos anos.

Todavia um olhar mais atento não vai encontrar muita diferença entre as eras Lula/Dilma e FHC, já que foram exatamente os petistas que fizeram uma reforma da previdência, privatizaram estradas, aeroportos e entregaram reservas de petróleo a iniciativa privada a preços de banana, com destaque especial para o campo de Libra. Isso para não falar dos escândalos de corrupção, bastante comuns em todos os governos. No final das contas, o PT das eleições não é o mesmo que aquele que governa, pois enquanto este insiste em ser igual aos demais, fazendo alianças que reforçam o caráter conservador das eleições com seu jogo de cartas marcadas e financiamento milionário, aquele mobiliza o simbolismo das lutas para animar sua aguerrida militância cada vez mais institucionalizada.

O Brasil que sai das urnas poderia ser difícil de explicar a um estrangeiro que dificilmente entenderia como um estado como o Rio de Janeiro elegeu Jair Bolsonaro (PP) e Marcelo Freixo (PSOL) como os mais votados para deputado federal e deputado estadual, respectivamente. Contudo, somente quem não conhece o país e a potencialidade explosiva das contradições pode acreditar que houve uma real guinada conservadora na correlação de forças depois das eleições. O fato de que três dos quatro únicos partidos que ficaram de fora do Congresso são tradicionais aliados dos trabalhadores nas lutas políticas e nos movimentos sociais, entre eles o PSTU e o PCB, talvez queira dizer que os trabalhadores preferem esses partidos nas greves e nas lutas, enquanto optam por oferecer mandatos a petistas e partidos tradicionais das classes dominantes. A propósito, na véspera das eleições, segundo pesquisa do IBOPE, 67% dos brasileiros disseram que estavam dispostos a mudar, de onde se pode deduzir que novas explosões como as de 2013 podem voltar a acontecer. Quanto a isso, o Congresso e as assembleias eleitas, com seu conservadorismo gritante, poderão ajudar a juntar os 100 milhões que votaram em algum candidato aos outros 39 milhões que praticaram algum tipo de absenteísmo.

---

[1] Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

[2] Eric Hobsbawm e Valério Arcary fizeram boas discussões sobre as vagas revolucionárias que atingiram o mundo no século XX. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 445-446. ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história. Situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 135.

[3] A famosa fórmula que sintetiza uma situação revolucionária foi apresentada em LENIN, V. I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 5 ed. São Paulo: Global, 1981, p. 96-97.

[4] Analisando o processo político e a luta de classes na Alemanha na conjuntura de fins da década de 1920 e inícios da década de 1930, Trotsky se referiu à forma distorcida como as eleições refletiam a real correlação de forças da sociedade. TROTSKY, Leon. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Sundermann, 2011, p. 148-149.

[5] <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>, p. 33, acessado em 20/10/2014.